

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Fernanda Yukari Oliveira Utumi

Neoliberalismo como política de subjetivação

**UBERLÂNDIA
2022**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Fernanda Yukari Oliveira Utumi

Neoliberalismo como política de subjetivação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno

**UBERLÂNDIA
2022**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

U93 2021	<p>Utumi, Fernanda Yukari Oliveira, 1989- Neoliberalismo como política de subjetivação [recurso eletrônico] / Fernanda Yukari Oliveira Utumi. - 2021.</p> <p>Orientador: Caio César Souza Camargo Próchno. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.631 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Psicologia. I. Próchno, Caio César Souza Camargo , 1955-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Psicologia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 159.9</p>
-------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia
 Av. Pará, 1720, Bloco 2C, Sala 54 - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: +55 (34) 3225 8512 - www.pgpsi.ip.ufu.br - pgpsi@ipsi.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 390, PGPSI				
Data:	Sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:10	Hora de encerramento:	16:28
Matrícula do Discente:	11912PSI006				
Nome do Discente:	Fernanda Yukari Oliveira Utumi				
Título do Trabalho:	Neoliberalismo como política de subjetivação				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Análise Institucional do Corpo				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Elzilaine Domingues Mendes - UFCAT; Ana Paula de Ávila Gomide - IP/UFU; Caio César Souza Camargo Próchno, orientador da candidata. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que a Prof.^ª Dr.^ª Elzilaine Domingues Mendes participou da cidade de Catalão - GO, a Prof.^ª Dr.^ª Ana Paula de Ávila Gomide, o Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno e a discente Fernanda Yukari Oliveira Utumi participaram desde a cidade de Uberlândia - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Caio César Souza Camargo Próchno, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[A]provado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Caio César Souza Camargo Próchno, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/02/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Ávila Gomide, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/02/2022, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzilaine Domingues Mendes, Usuário Externo**, em 07/02/2022, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3186519** e o código CRC **2E4C6883**.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Fernanda Yukari Oliveira Utumi

Neoliberalismo como política de subjetivação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador: Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno

**Banca examinadora
Uberlândia, 07 de fevereiro de 2022**

**Prof. Dr. Caio César Souza Camargo Próchno
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG**

**Profa. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG**

**Profa. Dra. Elzilaine Domingues Mendes
Universidade Federal de Catalão – Catalão, GO**

**Prof. Dr. Alessandro Gomes Enoque (Examinador interno suplente)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG**

**Prof. Dr. Sérgio Kodato (Examinador externo suplente)
Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, SP**

Uberlândia

2022

Resumo

O neoliberalismo é um modelo político econômico que tem como eixo de ação fundamental a generalização do modelo empresarial, a ser implantado desde o governo do Estado, passando pelas instituições e mesmo a vida privada de cada sujeito. Foucault, por meio dos estudos sobre a governamentalidade, compreende o neoliberalismo como um novo modo de governo da população, que se desenvolve pela crise da governamentalidade liberal, e que tem, como razão fundante, a generalização da concorrência. Sendo a governamentalidade e a noção de governo como um modo de conduzir as condutas, podemos nos questionar as condições pelas quais foi possível a associação entre sujeito e empresa a partir do laço social perpassado pela razão neoliberal. Este trabalho buscou explorar os modos pelos quais o neoliberalismo, como racionalidade, se insere e se mantém como razão de governo hegemônica e como seus dispositivos operam de modo a conduzir as condutas dos sujeitos. Alguns autores enfatizam a novidade nas tecnologias de exercício de poder que o neoliberalismo desenvolve, como a condução não mais dos corpos dos indivíduos, como no modelo biopolítico, mas a condução das almas, ou da esfera psicológica. Mais ainda, o caráter de defesa da moral tradicional é evidenciado como elemento essencial na compreensão da adesão dos sujeitos à racionalidade neoliberal. Concluímos que o neoliberalismo representa um modelo de gestão social, que, por meio de seus dispositivos, constitui uma racionalidade que reestrutura a vida social como um todo, seja na esfera da subjetividade, das identidades, ou, até mesmo, nas formas de se sofrimento na contemporaneidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo, processos de subjetivação, governamentalidade, sujeito, laço social.

Abstract

Neoliberalism is an economic political model that has a fundamental axis of action, the generalization of the business model, to be perfected from the state government, through institutions and the private life of each subject. Foucault, through studies on governmentality, understands neoliberalism as a new way of governing the population, which evolves through the crisis of governmental liberality, and which has, as a fundamental reason, the generalization of competition. Since governmentality and the notion of government as a way of structuring such conducts, we can question the conditions by which faith is possible the association between the subject and the company, in order to understand how the contemporary subject is constituted, from the bond permeated by the neoliberal social reason. This work sought to explore the ways in which neoliberalism, as through rationality, is inserted and maintained as a hegemonic reason for government and how its devices operate in a way that the structure is the conduct of subjects. Author developers emphasize a novelty in the technologies of psychological exercise Some that neoliberalism, as the no longer driving of human bodies, as in the biopolitical model, but the driving of souls, or the sphere. But even so, the character of defense of traditional morality works as an essential element in understanding the adherence of subjects to neoliberal rationality. We conclude that neoliberalism represents a model of social management, which, through its devices, constitutes a rationality that restructures social life as a whole, whether in the sphere of subjectivity, identities, or even in the forms of suffering. in contemporaneity.

Keywords: Neoliberalism, subjectivation processes, governmentality, subject, social bond.

Sumário

1. Apresentação.....	7
2. Introdução.....	11
2.1 A problemática da subjetividade e o Mal-estar na contemporaneidade	11
2.2 As novas condições do mal estar na modernidade.....	17
2.3 Capitalismo flexível e subjetividade.....	23
3. Objetivos.....	28
3.1 Objetivo Geral.....	28
3.2 Objetivos específicos.....	29
4. Metodologia.....	29
5. Subjetividade liberal e o capitalismo administrado.....	29
5.1 Declínio da individualidade.....	36
6. Transformação político-econômica do capitalismo no século XX: reestruturação produtiva e ascensão do capitalismo flexível.....	42
6.1 Da governamentalidade liberal à governamentalidade neoliberal	48
7. A racionalidade neoliberal.....	55
8. Neoliberalismo como política de subjetivação.....	65
8.1 Sofrimento psíquico em tempos de “guerra econômica”.....	68
9. Considerações finais.....	75
10. Referências.....	78

1. Apresentação

Fazer a introdução dessa dissertação me remete ao início das reflexões que me levaram à proposta de discutir a subjetividade a partir de categorias sociais. Precisaréi voltar em eventos anteriores para dar sentido a essa questão, e para que possa explicar como ela veio a se formular.

Como trabalho de conclusão de curso de graduação, busquei compreender como se dava a montagem psicótica da subjetividade, tendo como referencial de pesquisa a psicanálise freudiana e lacaniana. Naquele momento, a minha pergunta fundamental era: “como se constitui o Eu?”, “quais são os processos que levam à consolidação do eu e da subjetividade na psicose?” A escolha pela temática das psicoses teve, naquele momento, um elo com a experiência de estágio, pelo atendimento de um caso de psicose, na clínica de atendimento psicológico da Universidade Federal de Uberlândia.

A ponte entre a formação teórica e o exercício prático do conhecimento é árdua. Graduei-me em 2015 e, desde então, tive como atividade profissional, a psicologia clínica. Já de saída da própria graduação, percebia que o conhecimento dado por essa formava uma base importante, mas muito aquém dos desafios da prática clínica e do mercado de trabalho. Além dos aspectos mais pessoais em torno dos desafios de exercer a psicologia, a percepção das particularidades em torno do cenário além universidade, das diferenças de demandas, das questões singulares, das montagens de sintomas em torno do sofrimento, advindas em sua maioria das diferenças de classe social já se faziam evidentes. Foi se tornando mais distante a prevalência das queixas em torno de vivências relacionadas à violência, para dar lugar a queixas mais próximas do

sofrimento pelo trabalho: seja a presença ou a ausência dele; as frustrações em torno da carreira, das dificuldades de levar adiante projetos relacionados à vida profissional, dúvidas quanto ao melhor caminho de realização para si, a busca por técnicas mais resolutivas em torno do sofrimento incapacitante para o trabalho.

Havia e há grande prevalência de diagnósticos de transtornos de ansiedade e de depressão. No geral, as pessoas sentem e sofrem pela pressão por desempenho, por resultados, seja de si mesmos, seja vindo de outros, a despeito das impossibilidades físicas, mentais e emocionais provenientes do momento de sofrimento. E tudo isso ocorre junto a um grande mal-estar associado a ideia de se reconhecer uma limitação, por uma associação à posição de fraqueza, de fracasso. O esgotamento físico e mental e a retórica de que é preciso se responsabilizar e buscar uma boa gestão do tempo e das tarefas, para assim tocar todos os projetos que havia elegido como metas para si; o medo “da acomodação” ao assumir os limites do corpo, os limites de realização de tarefas em relação ao tempo possível, a ideia mesmo das limitações parecia associada a algo com teor de moralidade: “se eu assumir que não tenho condições, que não posso, que não quero, não serei merecedor”. O medo e a angústia apareciam e aparecem muitas vezes atrelados à impossibilidade de se reconhecer seus limites. Algo de desmesurado nos objetivos, ideais, planos e metas cobrava tributo.

Segundo matéria publicada na revista Exame, o Brasil é o país mais ansioso do mundo, contado 18,6 milhões de brasileiros diagnosticados com transtornos de ansiedade, o que representa 9,3% da população mundial.¹ No caso da depressão, o Brasil tem 5,8% da população diagnosticada com depressão, cerca de 12 milhões de

1 <https://exame.com/ciencia/brasil-e-o-pais-mais-ansioso-do-mundo-segundo-a-oms/>

peessoas. Comparado à prevalência mundial, o Brasil também sobressai à média global, que é de 4,4% da população. Com relação às mortes por suicídio, houve redução de cerca de 32% das mortes no mundo, no Brasil, aumento de 24% entre os anos de 2006 e 2015.²

Como compreender o sofrimento psíquico que se apresenta em montagens tão adversas? Quais foram as condições que propiciaram tais montagens que exigiram tanto das diferentes subjetividades? Tais reflexões e questões começam a se esboçar quando tomamos contato com a obra de Dardot e Laval (2016), *A nova razão do mundo*, que trata das transformações mais recentes do capitalismo, e, conseqüentemente, de todo o mundo capitalista. A tese é a de que o neoliberalismo opera como uma racionalidade, que, por meio de uma série de discursos, práticas e dispositivos, prescreve condutas não só de governantes, mas de indivíduos no geral, tendo como referência o modelo da empresa e a norma da concorrência como modo de relação. Nesse sentido, a relação consigo mesmo seria ordenada por parâmetros próprios da lógica empresarial: ser competitivo, pensar os planos de vida como metas a serem alcançadas, a ideia da avaliação constante de desempenho, a necessidade de superação de limites e expansão das metas e dos ganhos, a naturalização dos riscos, compreendidos como inerentes à relação de mercado, entre outros elementos. Quais foram as condições que propiciaram tais relações, tais compromissos? Mais especificamente, pensando nas repercussões que afetam o indivíduo psicológico que sofre tais condições, quais seriam as conseqüências em termos de uma manutenção de sua saúde psíquica?

2 <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/com-mais-de-12-milh%C3%B5es-de-doentes-brasil-%C3%A9-o-pa%C3%ADs-mais-deprimido-da-am%C3%A9rica-latina-aponta-oms-1.738504>

Outro fator importante no contexto das reflexões que me levaram a essa dissertação vieram das transformações mais recentes em que o Brasil vem sofrendo. As tensões políticas enfrentadas pelos governos petistas associado à crise internacional do capitalismo, as pressões internas por repactuações na direção da recuperação da acumulação primitiva da burguesia brasileira acabaram levando à destituição da Presidente Dilma Rousseff, num processo de *Impeachment* questionável, um golpe parlamentar que ficou conhecido como Golpe de 2016. As profundas crises política e institucional, a retirada de direitos pelas reformas trabalhista e da previdência, o cenário de aprofundamento do desemprego, os processos de precarização do trabalho como, por exemplo, a uberização, acenam para um processo de ultraneoliberalização. (Antunes, 2020).

Nesse sentido, a motivação deste trabalho surgiu a partir da prática clínica, num contexto no qual não só a realidade da assistência clínica saltava à vista pelas problemáticas do sofrimento psíquico que circulavam, mas também o contexto de inserção de um psicólogo que inicia sua prática no mercado de trabalho. A realidade dos convênios de saúde, a inserção na engrenagem da produtividade e precarização das condições de trabalho no contexto da assistência à saúde me reservam a perspectiva de sujeito-trabalhador, que observa um fenômeno. Ou seja, a problemática da pesquisa envolve diretamente o meu trabalho, bem como daqueles que me procuram enquanto psicóloga clínica, que igualmente são trabalhadores. Uma precarização que abrange esses dois polos numa quase igual potência. A percepção de um número significativo de transtornos mentais, em especial, as ansiedades e depressões, associada às transformações sociais decorrentes do espraiamento da razão neoliberal e, mais

recentemente, aos fenômenos decorrentes das respostas à crise de 2008 formam um referencial importante como contexto para nos perguntarmos: Quais foram as razões que engendraram essa profunda relação entre subjetividade e neoliberalismo? Como se deu a incorporação da lógica da empresa por parte dos sujeitos? Quais foram as repercussões psicológicas de toda essa incorporação?

2 Introdução

2.1 A problemática da subjetividade e o Mal-estar na contemporaneidade

Iannini e Santiago (2020), no texto de prefácio à nova edição do *Mal-estar na cultura* (1930) trazem um capítulo importante na história da psicanálise e suas relações com a dimensão política. A Primeira Guerra Mundial representa um momento de inflexão importante na história da psicanálise, tendo em vista o papel político que a clínica passa a assumir após a Guerra. Desde então, passou-se a discutir nos círculos psicanalíticos as possibilidades de atenção aos sujeitos que vivenciaram traumas de guerra, as chamadas neuroses de guerra. O V Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em 1918 marca esse momento de inflexão, nos quais as questões sociais daquele momento passavam a ser pauta importante, e representavam novos caminhos para a terapia psicanalítica. Entre outros temas, uma das questões da maior importância se delineava ali: No discurso realizado nesse mesmo congresso, Freud declara que atendeu pessoas que ele mesmo não mantinha nenhuma relação mais pessoal, nenhuma identificação com relação à raça, classe social, escolaridade ou visão de mundo, e ainda

assim, pode ajudar “sem incomodá-las em suas peculiaridades”. Iannini e Santiago (2020) apontam a demarcação da ética como premissa para o exercício da clínica psicanalítica, considerando o contexto de guerra, em que os laços e pactos sociais haviam sido rompidos.

Desde então, foram criadas uma série de clínicas sociais para o atendimento da população de baixa renda, tendo nomes importantes na coordenação das clínicas como Melanie Klein, Hanns Sachs, Karl Abraham, Wilhelm Reich e Sándor Ferenczi. (Iannini, Santiago, 2020, p. 39) A clínica social da psicanálise vai paulatinamente marcando e ampliando seu lugar social de importância muito mais pela via da prática assistencial que a partir do lugar acadêmico. E a nova tendência não se materializa somente na forma de atenção aos pacientes da clínica psicanalítica, mas às próprias reflexões teóricas de Freud, que passam a produzir textos de reflexão clínica pela via social, como é o caso de *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), *Futuro de uma ilusão* (1927) e *Mal-estar na Cultura* (1930).

A Primeira Guerra Mundial redefiniu nosso sistema de evidências, nossa partilha do comum, tornando visíveis coisas antes encobertas pelo véu da invisibilidade. Separou também a própria história da psicanálise. Não apenas porque a clínica se deparou com traumas diferentes daqueles que emolduraram os anos dourados da era da interpretação: os sintomas histéricos e suas reminiscências de prazeres inconfessos perderam sua proeminência, diante do enigmático retorno de experiências de desprazer e dos sintomas de caráter pós-traumático relatados pelos combatentes. O bom funcionamento da homeostase do princípio do prazer tornava-se insuficiente para dar conta dessa nova clínica. (Iannini, Santiago, 2020, p. 49)

Sobre a discussão freudiana do Mal-estar na Cultura, para Birman (2005), Freud trata essa discussão muito menos a partir de uma visão mais geral e universalista da

subjetividade no campo da cultura, e sim, da problemática da modernidade e dos seus impasses no processo de subjetivação. Inclusive, Birman (2005) afirma que a psicanálise foi posta à prova do social, na medida em que se impôs na necessidade de revisão da ideia inicial de uma possibilidade de harmonia entre o registro do sujeito e do social, evidenciada na mudança de perspectiva do texto *A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna* (1908) para o *Mal-estar na Cultura* (1930). Mas o que seria a possibilidade de harmonia entre o registro do sujeito e do social?

Freud, imbuído dos valores iluministas, tinha, a princípio, um projeto científico para a psicanálise. Ele acreditava no progresso do espírito humano e pensava ser possível atingir a felicidade pela mediação do logos científico. “Portanto, a cura das perturbações do espírito e do desamparo humano seria possível via psicanálise, uma das realizações maiores da razão científica” (Birman, 2005, p. 213), pressuposto presente em “A moral sexual ‘cultural’ e a doença nervosa. Nesse sentido, a partir da crítica à cultura, a psicanálise poderia oferecer uma solução efetiva para o mal-estar.

Ao analisar a cultura, Freud mantinha a compreensão de que ela ocupava um lugar de ação exterior ao indivíduo (Iannini, Santiago, 2020), de modo que a questão problema em sua análise era a moral presente na modernidade, que ofereceria as condições de possibilidade das perturbações psíquicas ao impor restrições e imperativos insuportáveis sobre a vida dos sujeitos. (Birman, 2012)

A relação entre pulsão e civilização sempre foi, para Freud, compreendida pela ideia de conflito. Posteriormente, tendo em vista a compreensão de que esse conflito seria de ordem estrutural, jamais superado, Freud assume uma postura trágica diante das possibilidades de “cura” do mal-estar. Essa nova compreensão advém do

desenvolvimento do conceito de Desamparo. Aceitamos e nos submetemos à ordem social pela dependência que temos em relação ao outro e pela posição de desamparo fundamental. (Birman, 2005)

Freud ([1930], 2020), refletindo sobre o desenvolvimento da consciência moral, conclui que essa depende da introjeção da agressividade, que retorna ao Eu na forma do Supereu. A consciência de culpa é a tensão entre o Eu e o Supereu, que “se manifesta como necessidade de punição. A cultura lida, portanto, com o perigoso prazer de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e vigiando-o, por meio de uma instância em seu interior, como se fosse a ocupação de uma cidade conquistada.” (Freud, [1930], 2020, p. 377)

Seguindo a série que nos esclarece o processo de introjeção da agressividade, Freud segue a reflexão sobre o sentimento de culpa, que, a princípio, toda e qualquer pessoa também pode chegar a essa mesma conclusão, ou seja, de que uma pessoa se sente culpada por reconhecer que fez algo ruim, ou até mesmo porque teve a intenção de fazer algo ruim, já que o Supereu tudo vê. Mas como se chega à conclusão de que algo é bom ou ruim? Para Freud ([1930], 2020), aqui se manifesta uma “influência desconhecida”, tendo em vista que a própria sensibilidade e percepção humanas poderiam ter levado o sujeito a reações diferentes dessa. Para Freud

Esse motivo é fácil de descobrir em seu desamparo e em sua dependência dos outros, e pode ser mais bem caracterizado como medo [*Angst*] da perda de amor. Se ele perde o amor do outro, de quem é dependente, então ele também perde a proteção contra diversas espécies de perigo, expondo-se sobretudo ao perigo de esse outro superpotente lhe provar sua superioridade na forma de punição. O mal é, portanto, inicialmente, aquilo através do qual somos ameaçados com a perda do amor; por medo dessa perda, temos, necessariamente, de evitá-lo. (Freud, [1930], 2020, p. 378)

A condição de dependência de um outro nos lança em uma situação irremediável de mal-estar pelo desamparo em relação ao outro. Esse mal-estar que é gerado pela introjeção e pela dominação das pulsões é fundamento do “estar” do sujeito no social. Nesse sentido, o deslocamento entre a posição de esperança com relação às possibilidades de cura do mal-estar assume agora a compreensão de que há a necessidade de gestão constante do desamparo, ou seja, “dominar o desamparo e não curá-lo quer dizer agora que é necessário para o sujeito constituir destinos tanto eróticos quanto sublimatórios para a pulsão.” (Birman, 2005, p. 211)

Aqui, vale recuperar que a modernidade teve como elemento fundamental a construção da noção de indivíduo, de individualidade, do autocentramento do sujeito no Eu e na consciência. “O projeto da modernidade é antropológico e antropocêntrico, justamente porque o homem na qualidade de indivíduo foi alçado à condição primordial de medida de todas as coisas.” (Birman, 2006, p.39)

O Homem, razão de todas as coisas poderia, pois, exercer sua liberdade de construir a si por meio da razão e do desenvolvimento da ciência, que, finalmente, emanciparia a humanidade, daria autonomia e soberania diante do mundo, diante da natureza e de Deus. Pico Della Mirandola, importante filósofo do Renascimento, em seu *Discurso sobre a dignidade do homem* (2008), escrito no século XV, enuncia a maravilha que é o Homem, que recebeu da liberalidade divina a liberdade, nada de próprio constringe a existência deste ser. Sua natureza indefinida é sua fonte de

liberdade. O “Homem Camaleão”, capaz de se adaptar pela indeterminação constitutiva o diferenciaria de outros seres da natureza, que, segundo Pico, seriam todos definidos, constrangidos a serem o que eram. Há que se ressaltar que esse Homem, tão bem elogiado e festejado por Pico Della Mirandola, na verdade é a própria constituição da individualidade burguesa, com todos os seus privilégios. Esse indivíduo burguês terá sim uma liberdade de engendrar sua própria forma, de constituir para ele próprio uma liberdade. Tais condições seriam negadas àqueles que se responsabilizam pela construção da infraestrutura daquele indivíduo burguês. Em outras palavras, a liberdade de uns implica a não liberdade de outros. Especificando, de uma maneira mais direta, toda essa abordagem de Pico Della Mirandola se revela enquanto uma ideologia, isto é, um falseamento das condições sociais da realidade, uma consciência falsa sobre a gênese das relações sociais. Os empregados, os serviçais, aqueles que faziam a limpeza das grandes embarcações que chegaram à América em seu descobrimento não tiveram a oportunidade de seguir as visões de Pico Della Mirandola. (Bauman, 2003)

Voltando a uma perspectiva mais propriamente psicanalítica, o indivíduo moderno se constitui, então, pela noção de que sua liberdade e racionalidade propiciariam os meios para dominar e exercer a soberania diante da natureza, de modo que, pelo desenvolvimento técnico científico, esse sujeito poderia desafiar o próprio Deus e se sobressair diante do mundo natural. Aqui, a crítica psicanalítica ao discurso da modernidade se insere pela crítica à noção de indivíduo e o centramento no Eu, ao enunciar a noção de inconsciente e de que o sujeito não seria “senhor em sua própria morada”. “A invenção do inconsciente teria desfeito a ilusão de que o eu e a consciência

são soberanos e de que determinam as ações do indivíduo.” (Birman, 2006, p.45) O Desamparo constitutivo do sujeito faz frente à noção de indivíduo, ou seja, de um sujeito indivisível, soberano, engendrado pela ideologia do progresso e pela razão iluminista. (Birman, 2005)

A noção de Desamparo evidencia a fragilidade humana em que, se por um lado tem em si as potências da racionalidade, tem as possibilidades de construção que ela permite, por outro, há da dependência do outro, há a submissão pelo medo da perda do amor. A partir dessa compreensão, evidencia-se a crítica freudiana ao discurso moderno em relação à ideia de progresso e à figura de indivíduo que engendra.

2.2 As novas condições do mal estar na modernidade

As sociedades ocidentais contemporâneas têm passado por profundas mudanças na relação com o espaço e o tempo advindas da globalização, do desenvolvimento de inovações tecnológicas e também pelas transformações político-econômicas em favor de um modelo desregulamentado, flexível e sem fronteiras do capitalismo global. Essas mudanças tiveram início por volta do fim do século XX, propulsionadas sobretudo pela crise dos anos 1970, que levou a uma reestruturação do capitalismo, que passou de um modelo de produção fordista ao modelo flexível toyotista. (Harvey, 2008)

Alguns autores defendem que essas mudanças nas sociedades ocidentais evidenciam uma transformação mais profunda, que as diferencia da era moderna, portanto, sociedade pós-moderna. Lyotard (2009, p. XV), um dos expoentes na defesa dessa perspectiva, chama de pós-modernidade “o estado da cultura após as

transformações que afetaram as regras da ciência, da literatura e das artes” por volta do final dos anos 1950. O autor vê com desconfiança as grandes referências filosóficas que fundaram as grandes teorias modernas como, por exemplo, “a dialética do espírito”, a ideia de “emancipação do sujeito racional ou do trabalhador”, a que chama de metadisursos ou metanarrativas. Para Lyotard (2009), a pós-modernidade toma as grandes referências teóricas da modernidade apenas como uma narrativa, um ou simplesmente, um discurso.

Para Harvey (2008) a pós-modernidade representa uma mudança de sensibilidade, uma transformação cultural nas sociedades ocidentais nascida a partir da reestruturação do capitalismo pós-crise dos anos 1970. A crítica às metanarrativas, a alteração da relação espaço-tempo, são exemplos de mudança na sensibilidade que se relacionam à mudança de uma tendência cultural modernista, advinda do modo de produção fordista – Poder do Estado, dos sindicatos, capital produtivo, racionalidade técnico científica, ética protestante do trabalho, entre outros elementos –, para uma tendência pós-moderna – desregulamentação, desindustrialização, capital fictício, indeterminação, poder financeiro, a estética substituindo a ética, jogos de linguagem, trabalhador flexível, capital simbólico, entre outros elementos –, efeito da reestruturação da produção por uma lógica flexível, aquilo que alguns autores chamam de acumulação flexível do capital. A alteração na relação do espaço-tempo é dada pelo encurtamento das distâncias e pela aceleração da percepção do tempo, advindas do movimento de expansão do capitalismo global e pelas novas tecnologias produtivas, que marcam novos modos de regulação dos hábitos e das representações sociais. Em outros termos, esse capitalismo global necessita de novas formas de pensamento, novas formas de

publicidade, novas inserções ideológicas. É necessário que nós estejamos absorvidos por todas essas transformações para que o capitalismo global obtenha os maiores níveis de aceleração e expansão e, conseqüentemente, de graus crescentes de legitimação. Nesse sentido, sociedade pós-moderna torna-se uma ideologia altamente refinada da acumulação flexível do capital em escala global.

Aquilo que Lyotard na obra citada denomina de condição pós-moderna, e que outros autores tais como Lipovetsky (2004) denomina tempos hipermodernos, Bauman (2000) compreende tal mutação da sociedade moderna como Modernidade Líquida. Ou seja, não existe para ele algo que poderíamos chamar de pós-moderno, pois a modernidade ainda não foi ultrapassada, suas promessas ainda não foram esgotadas, no entanto, o que se verifica hoje é que essa modernidade se evidencia como algo extremamente flexível, transitório, líquido. Modernidade Líquida é o termo que expressa a natureza de fluidez dos tempos atuais, acentuando a característica de inconstância, da grande necessidade de mobilidade e flexibilidade, sejam das pessoas, das instituições, da política ou da economia. “Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (...), os fluidos não se achem muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la.” (Bauman, 2000, p8)

A partir da perspectiva de que as mutações das condições materiais geram ou dão as condições para modos particulares de construção e regulação da vida social,

pode-se dizer que há um vínculo entre a ascensão da modernidade líquida e as novas formas de vida associadas ao capitalismo flexível. O trabalho de desconstrução das instituições tradicionais de poder da classe trabalhadora, como os sindicatos, e o encobrimento dos efeitos sociais das políticas econômicas de retirada de direitos conquistados pelo povo, como seguridade social, assistência à saúde, educação, previdência e direitos trabalhistas fazem parte da instituição dessa nova forma de produção, bem como sua forma de regulação e reprodução da vida social.

A passagem do capitalismo industrial ao capitalismo financeiro tem sua origem nas crises dos anos 1970, que gera todo um processo de reestruturação da produção por novas tecnologias produtivas e de gestão organizacional, além também de um processo de reestruturação do papel do Estado na regulação do trabalho e no papel de provisão de proteção social. A partir daí, buscou-se emplacar uma retórica que justificasse as mudanças das condições de vida da população: a problemática do desemprego, do empobrecimento crescente, da perda de direitos seriam reformulados pela ideia da responsabilidade individual e pela defesa do empreendedorismo como alternativa de trabalho. Para Harvey (2008), esses valores evidenciam a passagem da ética para a estética como sistema de valores dominante na pós-modernidade ou, no sentido de Bauman (2000), modernidade líquida:

As cenas de rua de empobrecimento, perda de poder, grafiteagem e decadência se tornam trágicas para o moinho dos produtores culturais, não, como Deutsche e Ryan (1984) assinalam, no estilo reformista reivindicatório do final do século XIX, mas como uma cortina fantástica e turbilhonante (como em *Blade Runner*) que não admite nenhum comentário social. “uma vez que os pobres ficam estetizados, a própria pobreza sai do nosso campo de visão social”, exceto enquanto descrição passiva da alteridade, da alienação e da contingência no âmbito da condição humana. Quando “a pobreza e a falta de moradia são

servidas para o prazer estético”, a ética é de fato dominada pela estética, convidando, por conseguinte, a amarga colheita da política carismática e do extremismo ideológico. (Harvey, 2008, p. 302)

Para Harvey, as crises de superacumulação do capitalismo são seguidas de movimentos estéticos. Assim,

a crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (Harvey, 2008, p.293)

Vale ressaltar que, ao pôr em cheque todos os padrões consensuais de verdade, de significado, de ética e justiça, o discurso pós-moderno buscou dissolver as narrativas e as teorias num universo difuso de jogo de linguagem, de modo que o conhecimento se reduziu a um universo também difuso de significantes. Essa difusão do conhecimento, e do “norte” da orientação no mundo, das referências produziu uma condição de niilismo, que abriu as portas para um tipo de política carismática e de proposições simplistas. (Harvey, 2008)

Indo ao encontro dessa perspectiva, Castoriadis (2002) defende que as sociedades ocidentais passam por processo de decomposição, que se expressa pela ascensão da insignificância: a apatia social, o cinismo político, a destruição do meio ambiente, falência da crítica e a conformidade ao *status quo*. Além das crises conjunturais, há uma crise cultural dada pela ruína das ideologias de esquerda, a crise

das significações imaginárias da sociedade moderna, a saber, o sentido de progresso e de revolução, junto ao triunfo da sociedade de consumo. E nesse processo, Castoriadis (2002) aponta a crise da crítica, no qual os intelectuais assumem uma postura ambivalente em relação à crítica e ao seu papel crítico, apoiando e/ou justificando a ordem estabelecida. Em favor da “estética prevalecendo sobre a ética”, assistimos à perversão do conhecimento, ao vilipêndio de consensos, que tem sofrido várias distorções, a tal ponto que podemos dar, como exemplo, o fato de se ter sido cunhado um termo como “pós-verdade”³, palavra que oficializa e acentua o sentido do apelo emocional e das convicções pessoais em detrimento das relações factuais sobre algo ou algum evento.

Esses eventos trazem à luz a crise de sentido, de orientação no mundo. Essa crise de sentido tem efeito de permissão e adesão às transformações sociais advindas das reformulações iniciadas nos anos 1970, seja como uma adesão que se expressa pela ausência de oposição, por oposição desorganizada, ou mesmo adesão total. Não há propriamente uma crise, mas um processo de decomposição social:

Estamos vivendo uma fase de decomposição. Numa crise há elementos opostos que se combatem – ao passo que o que justamente caracteriza a sociedade contemporânea é o desaparecimento do conflito social e político. As pessoas estão descobrindo agora o que escrevíamos há trinta ou quarenta anos em S. ou B.[Socialismo ou Barbárie], ou seja, que a oposição direita-esquerda já não tem sentido: os partidos políticos oficiais dizem a mesma coisa. (Castoriadis, 2002, p.104)

3 “Pós verdade” foi a palavra do ano elegida pelo Dicionário de Oxford, em 2016, e é definida como: *“Post-truth is an adjective defined as ‘relating to or denoting circumstance in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief’.* Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>

2.3 Capitalismo flexível e subjetividade

O processo de decomposição em que vivem as sociedades ocidentais contemporâneas destinou aos cidadãos um lugar de desorientação, dada a complexidade do mundo e o descrédito das ideias que nortearam a vida social até então. A única orientação, o único norte possível que se apresenta é a conformidade ao horizonte do capital, a lógica empresarial e a dinâmica de vida baseada nas características de funcionamento do mercado. A isso, podemos atribuir a ascensão do capitalismo flexível, em sua forma neoliberal.

Para Dardot e Laval (2016, p.17), o neoliberalismo é uma racionalidade governamental que busca instituir a concorrência como norma de conduta, e a empresa como modelo de subjetivação. Para os autores, o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas até então, visando não só constituir uma nova forma de acumulação, mas, também, uma nova sociedade, com novos valores e novas formas de sociabilidade. É um “modo de governo dos homens e da produção de sujeitos, e mesmo de uma das formas e de uma das fases da invenção do sujeito moderno enquanto homem econômico.” (Laval, 2020, p.40)

Foucault (2008a), em Nascimento da biopolítica analisa as condições históricas que deram origem ao liberalismo como forma nova arte de governar, nascida no século XVIII, mas que, pela crise da governamentalidade liberal, da origem à governamentalidade neoliberal. Por governamentalidade, podemos compreender as formas de exercício de governo que intervém em certo contexto, com o objetivo de conduzir as condutas dos indivíduos. Nesse sentido, a governamentalidade neoliberal

diz respeito ao modo como buscou-se aplicar, ao longo do tempo, os dispositivos e técnicas de poder específicos do neoliberalismo, de modo a conduzir a sociedade e instilar seus valores aos sujeitos. Esses valores passam pela valorização do modelo empresa como modo de subjetivação e pela concorrência generalizada como modo de regulação social. Dardot e Laval (2016) chamam de sujeito neoliberal ou sujeito empresarial o sujeito decorrente do emprego das técnicas de poder que homogeneizam o discurso de realização em torno da empresa.

Safatle (2020, p.30) aponta que, para que o neoliberalismo, como nova forma de acumulação e gestão social, pudesse ser implementado, tal como conhecemos agora, houve “um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando a produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de *performance*, de investimentos, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida.” Pavón-Cuellar (2017, p.595) chama de “psicologização” o processo pelo qual a psicologia se expande e se populariza, associada ao avanço do neoliberalismo. Antes, o próprio liberalismo, para que constituísse sua concepção de indivíduo livre, que age pelo cálculo de interesses, precisou de uma psicologia que criasse e desse corpo a tais concepções de indivíduo. O *homo oeconomicus* é também o *homo psychologicus*: egoísta, que age por interesse, competitivo, insaciável e sem escrúpulos.

Han (2018) chama de psicopolítica o processo pelo qual a gestão social da biopolítica passa a ser exercida não mais sobre a vida e morte da população, mas sobre a alma dos sujeitos, operando não mais o controle e coerção externos, mas a sujeição às técnicas de poder do regime neoliberal. Assim, este sujeito livre vigia a si, explora a si, a

todo tempo, tendo em vista sua autovalorização, seu autoaperfeiçoamento, assim como toma para si toda a responsabilidade por seus fracassos.

O capitalismo flexível se instalou e se capilarizou na cultura. O discurso empresarial ganhou tal dimensão cultural que a aproximação dos modos de funcionamento de uma empresa, como gestão de recursos, avaliações periódicas de ganhos, meios de racionalizar processos, de modo que os ganhos sejam ampliados, se tornou a lógica de compreensão de si e funcionamento dos próprios sujeitos, sem maiores estranhamentos. O empreendedorismo, erigido como modalidade de trabalho ideal do capitalismo flexível, definiu também um modelo ideal de indivíduo, em que o perfil empreendedor seria aquele do indivíduo independente, que repudia as proteções paternalistas do Estado, compreendidas como limitantes para a construção de si. O culto à *performance* do empreendedor ganha um ar heroico pelas características de atividade, responsabilidade por si, ambição quanto à sua realização profissional, coragem no enfreamento das oscilações do mercado, que devem ser encaradas com ousadia e determinação. (Ehrenberg, 2010)

Han (2015) chama de Sociedade do Desempenho a configuração atual da sociedade. Ele aponta que houve uma mutação da sociedade disciplinar para o que chama de Sociedade do Desempenho. Para o autor, o funcionamento da sociedade marcado pela disciplina do corpo, pelo controle e hierarquia das instituições – como descrito por Foucault em *Vigiar e Punir* – é transformado para um outro modo de funcionamento baseado na lógica do desempenho individual. A sociedade de

desempenho, imbuída dos valores da liberdade e da necessidade de flexibilidade e desregulamentação econômica, busca ativamente desmontar os resquícios da estrutura de Sociedade de Bem-estar, entendida como controladora, paternalista, barreira para o desenvolvimento individual. E no embalo das reformulações políticas, econômicas e culturais advindas da razão neoliberal, se disseminam novos modos de compreensão, concepções de vida, de prescrições de individualização. Han (2015), inclusive, aponta que a reestruturação da sociedade sobre as bases do desempenho traz consigo uma reestruturação que se dá no interior da psique. O verbo modal que orienta a sociedade hoje não é mais o “dever”, mas o poder, no sentido de possibilidades. (Han, 2015)

Em termos psíquicos, o supereu repressivo em Freud se torna um supereu que impõe o gozo. (Castro, 2016) Nas palavras de Lacan (1985, p.11): “Nada força ninguém a gozar, senão, o supereu. O supereu é o imperativo do gozo – Goza!” Assim, o sujeito de desempenho deve se libertar das repressões e se afirmar, “ele se positiva, liberta-se para um projeto. A mudança de sujeito para um projeto de si, porém, não suprime as coações. Em lugar da coação estranha, surge a autocoação, que se apresenta como liberdade.” (Han, 2015, p.101)

A corrosão do caráter é, para Sennett (2012), o diagnóstico de uma época que elege a flexibilidade como valor fundamental, como símbolo do progresso e desenvolvimento de uma era de emancipação das tradições, dos papéis de trabalho determinados e fixos, e da promoção do si mesmo e sua carreira. A necessidade de adaptação às oscilações e aos fluxos rápidos do mercado internacional, da economia globalizada, deixou-se de lado também a ideia de construção a longo prazo, de

engajamento num ideal para além de si, nas ideias de transformação social. Caráter “é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros.” (Sennett, 2012, p. 10) Um dos elementos fundamentais para a consolidação do caráter é o aspecto temporal, de modo que o caráter vai se consolidando ao longo das experiências vividas e sedimentadas. Num cenário marcado pelas incertezas, pela competição, pela ansiedade, pelos medos, pela pressa do ganho rápido e imediato, como compreender algo da dimensão ética, de valor duradouro, a ser cultivado, a ser experimentado ou vivido emocionalmente?

Essa ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, e também as palavras que empregamos para ele. “Carreira”, por exemplo, significava originalmente, na língua inglesa, uma estrada para carruagens, e como acabou sendo aplicada ao trabalho, um canal para as atividades econômicas de alguém durante a vida inteira. O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro. A palavra “*job*” [serviço, emprego], em inglês do século XIV, queria dizer um bloco ou parte de alguma coisa que se podia transportar numa carroça de um lado para o outro. A flexibilidade hoje traz de volta esse sentido arcano de *job* na medida em que as pessoas fazem blocos, partes de trabalho, no curso de uma vida.” (Sennett, 2012, p.9)

A flexibilidade dada por um mercado desregulamentado incita os sujeitos a serem responsáveis por si e a terem no trabalho pelo empreendedorismo individualizado sua forma de inserção no mercado. A ideia de liberdade se associa à noção de que não haveria exploração de um sobre o outro, como pelo patrão, ou mesmo pelo Estado. O sujeito estaria entregue a si e à sua própria ambição, suas próprias escolhas e seus próprios meios de empreender.

Essa evolução está estreitamente ligada com as relações de produção capitalistas. A partir de um certo nível de produção, a autoexploração é essencialmente mais eficiente, muito mais produtiva que a exploração estranha, visto que caminha de mãos dadas com o sentimento da liberdade. A sociedade de desempenho é uma sociedade da autoexploração. O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (burnout). Ele desenvolve nesse processo uma autoagressividade, que não raro se agudiza e desemboca num suicídio. O projeto se mostra um projétil, que o sujeito de desempenho direciona contra si mesmo.” (Han, 2015, p.101)

Assim, esse sujeito “livre” vigia a si, explora a si a todo tempo, tendo como objetivo sua autovalorização, seu autoaperfeiçoamento, assim como toma para si toda a responsabilidade por seus fracassos. Inclusive, para Dunker, Silva Júnior e Safatle (2020), o sofrimento é parte essencial da dinâmica neoliberal, pois o sofrimento contribui como elemento que incita os sujeitos a produzirem mais, dado o contexto de autoexploração e autorresponsabilização.

Sendo a governamentalidade e a noção de governo como um modo de conduzir as condutas, podemos nos questionar as condições pelas quais foi possível a associação entre sujeito e empresa, a partir do laço social perpassado pela razão neoliberal. Para nossa discussão, buscaremos nas práticas da governamentalidade neoliberal a compreensão das relações estabelecidas entre sujeito e sociedade, buscando compreender as injunções que se impõe pelo contexto e que tem efeito formativo, constitutivo de identidade e subjetividade.

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Buscar compreender como se dá, no tecido social contemporâneo, a incorporação da razão neoliberal, bem como compreender os processos de subjetivação que compõe o sujeito neoliberal.

3.2 Objetivos específicos

Verificar como a razão neoliberal opera a direção de condutas dos sujeitos; Buscar identificar tecnologias de poder do neoliberalismo que operam sobre as condutas e a subjetividade dos indivíduos; Identificar o sujeito neoliberal em suas características fundamentais; Verificar quais são os efeitos subjetivos dessa forma de vida baseada no modelo da empresa.

4. Metodologia

Este trabalho se propõe a realizar uma pesquisa teórica, por meio de investigação bibliográfica. As fontes desta proposta de estudo serão obras relacionadas ao tema do neoliberalismo e subjetividade, a partir da perspectiva foucaultiana da governamentalidade. Outra referência importante será o Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise – LATESFIP, vinculado à Universidade de São Paulo – USP, que desenvolve pesquisas com tema afim ao desta dissertação. Buscaremos nas práticas da governamentalidade neoliberal a compreensão das relações estabelecidas entre sujeito e sociedade, com objetivo de identificar injunções que se impõe pelo contexto e que tem efeito formativo, constitutivo de identidade e subjetividade.

5. Subjetividade liberal e o capitalismo administrado

Se levarmos em conta as críticas ao capitalismo anteriores à transição da década de 1970, anteriores à crise de 1973, podemos estabelecer um diálogo com a primeira geração da Escola de Frankfurt nas figuras de Adorno, Horkheimer e Marcuse elencando, inicialmente, como Marcuse entendeu as contradições da gestão social do capitalismo durante a vigência da Sociedade de Bem-estar (*Welfare State*). Essa sociedade do bem-estar social foi construída por diversas nações europeias após o final da segunda guerra mundial onde a maioria delas estava semi-destruída, e precisavam produzir um Estado de proteção social às populações nacionais vitimadas pela guerra, fornecendo elementos para uma recuperação econômica efetiva de seu poder aquisitivo, seguridade social ao nível da previdência, direitos sociais para as mulheres, para as crianças e para os idosos, educação e saúde para a grande maioria da população. E, numa perspectiva mais estratégica, produzir um modelo de Estado Social que rivalizasse com o Estado Nacional Soviético, onde imperava o modo de produção socialista. Em outros termos, convencer e seduzir as populações nacionais para que não aderissem ao modo de produção do Estado Nacional Soviético.

Os países capitalistas europeus no pós-guerra conseguiram, através de diferentes maneiras, driblar e ultrapassar a sedução do modo de produção socialista, que era vigente nos países pertencentes ao Pacto de Varsóvia. Tais países capitalistas só conseguiram tal intento a partir da implementação de um capitalismo reformista, de um capitalismo ligado à social-democracia europeia. Era, portanto, aquilo nós chamaríamos

de Estado do Bem-estar Social, onde haveria uma gestão do capitalismo a partir do Estado, havendo uma maior participação social, por exemplo, dos trabalhadores, direitos sociais garantidos, aposentadoria, direito à greve, sindicatos, salários condizentes a uma época de recuperação econômica após a destruição brutal que tais países sofreram no final da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, a partir de então, nessas novas gestões do capitalismo pós-guerra, pensadores tais como Marcuse e outros membros da chamada Escola de Frankfurt, já esboçavam críticas severas ao modo como o capital e sua reprodução criavam e gerenciavam novas formas de subjetividade, ou seja, o controle das individualidades a partir do movimento do capital.

Dos chamados membros da Escola de Frankfurt, podemos elencar inicialmente Herbert Marcuse, através de sua obra *O Homem Unidimensional*. Nessa obra, em sua nova edição em português, de 2015, Douglas Kellner afirma:

Publicado pela primeira vez em 1964, foi imediatamente reconhecido como um diagnóstico crítico significativo do presente período e foi logo assumido pela New Left (Nova Esquerda) emergente como uma acusação condenatória das sociedades contemporâneas, a capitalista e a comunista. Concebido e escrito nos anos 1950 e início dos 1960, o livro reflete o conformismo sufocante da época e fornece uma crítica poderosa dos novos modos de dominação e controle social. (Kellner, 2015, p.9)

Por exemplo, Marcuse enfatiza bem o papel do pensamento negativo na contraposição entre o pensamento unidimensional e o dialético. O unidimensional, em termos de pensamento e ação, se pauta por mimetizar padrões e critérios da sociedade existente, evitando normas e padrões transcendentais. Ele se evidencia como uma cópia da sociedade maior, cujo interesse principal é a reprodução e valorização do capital. Não há nenhum elemento de crítica ou contraposição. Já o pensamento crítico e dialético, em

sua base de contraposição, fundamenta-se em potenciais racionais para a felicidade e liberdade humanas que teimavam ainda em estar presentes naquela sociedade de capitalismo avançado. Tal pensamento dialético empreende uma crítica permanente a tudo aquilo que na sociedade vai contra a implementação da liberdade, felicidade e bem-estar humanos.

Poderíamos abordar em vários momentos as formulações do pensamento de Marcuse, seriam eles: declínio da individualidade na sociedade industrial avançada e a “paralisia da crítica” numa “sociedade sem oposição”, que opera a gestão social pela adesão voluntária, pela incorporação de cada sujeito ao *status quo*. Para Marcuse (2015), as mudanças na forma de produção, na forma de consumo e na cultura na sociedade industrial avançada produziram uma estrutura social marcada pela administração técnico-científica, que assumiu o controle das tensões em relação às contradições e oposições sociais, de modo a produzir um conformismo generalizado por parte dos indivíduos e uma integração total ao modo de funcionamento da sociedade. A tecnologia é aqui compreendida não só no sentido das tecnologias produtivas, mas, também, das tecnologias de controle e administração da população, que opera pela cultura, pelo trabalho nas indústrias e também pelo consumo. “O que poderia ser mais racional que a supressão da individualidade na mecanização de performances socialmente necessárias?” (Marcuse, 2015, p.41)

O desenvolvimento tecnológico do aparato produtivo produz um processo de submissão da população, uma “pacificação da existência” pela satisfação das necessidades dos indivíduos, considerando que havia pleno emprego, de modo que uma parte maior da população alçava seu lugar de consumidor na sociedade de consumo de

massa. O nivelamento de classes cumpriu a função ideológica de estender as “falsas necessidades” de consumo para toda a população. Marcuse (2015) chamou essas falsas necessidades de necessidades repressivas, sendo que:

Falsas são aquelas que são superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares para reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. Sua satisfação pode ser mais gratificante para o indivíduo, mas essa felicidade não é uma condição que deva ser mantida e protegida se ela serve para impedir o desenvolvimento da capacidade (sua própria e dos outros) de reconhecer a enfermidade do todo e de perceber as chances de curá-la. O resultado, então, é a euforia na infelicidade. A maior parte das necessidades predominantes de descansar, divertir-se, de comportar-se e consumir de acordo com os anúncios, de amar e odiar o que os outros amam e odeiam, pertence à categoria das falsas necessidades. (Marcuse, 2015, p.44)

Assim, o nivelamento de classe cumpre, então, a função de estender as necessidades repressivas para a expansão e manutenção do *establishment*.

Embora Marcuse não tenha analisado em sua obra o desenvolvimento do capitalismo posterior ao da Sociedade de Bem-estar, ou seja, o capitalismo flexível da sociedade neoliberal, podemos propor, como meio de análise, uma aproximação entre a análise da sociedade administrada, tal como proposto por Marcuse, e o da governamentalidade no contexto das transformações do capitalismo neoliberal, tal como proposto por Foucault, bem como o efeito de unidimensionalização, percebido na Sociedade de bem-estar, e suas possíveis aproximações no contexto do capitalismo flexível.

A análise foucaultiana se dá a partir do conceito de racionalidade governamental, compreendendo o liberalismo como uma reação ao poder soberano monárquico, e o posterior desenvolvimento do neoliberalismo se dá como uma crise da

governamentalidade liberal. Tal análise parte de perspectivas um pouco diferenciadas daquelas empreendidas pela primeira geração da Escola de Frankfurt quando analisava o fortalecimento do capitalismo administrado. Mesmo assim, podemos inserir uma mediação bem evidente e sólida entre essas duas abordagens.

Partindo-se daquilo que Foucault (2008b) entende como governamentalidade:

Por esta palavra, “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (Foucault, 2008b, p.144)

O capitalismo administrado, tal como Marcuse o analisa, se constitui a partir daquilo que Foucault chama do Estado administrativo, que foi acima citado. Em outras palavras, pode-se dizer que o capitalismo administrado, que foi implantado na Europa no pós-guerra desenvolve de maneira bem potente a noção de gerenciamento e controle de populações, o que Foucault chama de biopolítica. Principalmente, levando-se em conta que eram países semi-destruídos após a segunda guerra mundial. Era como que um disciplinamento da acumulação primitiva do capital, levando-se em conta que havia um modo de produção rival, o comunismo soviético. O capitalismo administrado

controlava os movimentos dos indivíduos, suas aspirações, seus desejos, tornando esses indivíduos muito parecidos entre si, ou seja, unidimensionais. Há que se notar que o modo de produção que ocorria na União Soviética unidimensionalizava os indivíduos a partir de perspectivas muito parecidas, muito semelhantes. Podemos citar o que acontecia, por exemplo, no culto à personalidade de Stalin, que ocorria naquele país. Era, para muitos autores, um capitalismo de Estado, obviamente, não tão, nem administrado como no ocidente, o que fez com que houvesse a sua queda final no final da década de 1980. Desde aquele momento, a ex União Soviética, agora República Federativa Russa, tenta tornar-se um capitalismo bem administrado nos moldes ocidentais. Nesse sentido, poderíamos dizer que aquilo que Marcuse chamava Homem Unidimensional era um produto que se evidenciava tanto no ocidente quanto nos países que se intitulavam socialistas.

Marcuse (2015) explicita de maneira muito intensa a unidimensionalização do homem como se segue:

Com certeza, Marx sustentou que essas organizações e direção do aparato produtivo pelos “produtores imediatos” introduziram uma mudança qualitativa na continuidade técnica: a saber, a produção para a satisfação de necessidades individuais livremente desenvolvidas. Entretanto, visto que o aparato técnico estabelecido absorve as existências pública e privada em todas as esferas da sociedade – isto é, torna-se o meio de controle e coesão em um universo político que incorpora as classes trabalhadoras – nesse nível a mudança qualitativa envolveria uma mudança na própria estrutura tecnológica. E tal mudança pressuporia que as classes trabalhadoras estão alienadas desse universo em sua própria existência, que sua consciência é aquela da impossibilidade de continuar a existir nesse universo, então que a necessidade por mudança qualitativa é uma questão de vida ou morte. Logo, a negação existe antes que a própria mudança, a noção que as forças históricas libertadoras se desenvolvem dentro da sociedade estabelecida é um dos pilares da teoria marxiana. Agora é precisamente essa nova consciência, esse “espaço interior”, o espaço para a prática histórica transcendente, que está sendo banida por uma sociedade na qual os sujeitos e os objetos constituem instrumentalidade em um todo que tem sua *raison d’être* nas realizações de sua produtividade toda-poderosa. (Marcuse, 2015, p.59)

Nota-se como essa unidimensionalização do homem se delineia numa total integração, por exemplo, do trabalhador com a razão tecnológica que impera na sociedade, não havendo mais qualquer espaço para uma alteridade, para uma dessemelhança entre o trabalhador e seu produto. O próprio universo da alienação é ultrapassado, ocorrendo como que uma fusão com a sociedade maior. Uma espécie de “submissão defensiva”, termo que Paulo Eduardo Arantes em *O novo tempo do mundo* explicita como aquilo que envolve populações governamentalizadas, populações que se integram totalmente à razão de dominação. Marcuse (2015) continua:

As principais tendências são familiares: concentração da economia nacional nos interesses das grandes corporações, tendo o governo como estimulador, apoiador e algumas vezes como força controladora; atrelamento dessa economia com um sistema mundial de alianças militares, acordos monetários, assistência e esquemas de desenvolvimento; gradual assimilação dos “colarinhos azuis” e dos “colarinhos brancos”, de tipos de liderança nos negócios e no trabalho, do lazer e das aspirações em diferentes classes sociais; fomento de uma harmonia preestabelecida entre a pesquisa acadêmica e os propósitos nacionais; invasão da esfera privada pela proximidade da opinião pública; abertura da intimidade aos meios de comunicação de massa. (Marcuse, 2015, p.56)

Devemos acrescentar que toda essa razão instrumental assinalada pelo autor verificou-se de maneira bem didática nos países que conseguiram concretizar um capitalismo administrado eficiente. Não foi o caso que aconteceu na sociedade brasileira, onde nós nunca tivemos tal nível de eficiência, o que, aliás, seria muito esperado no desenvolvimento do capitalismo no século XX, pois, uma parte organizada necessita de uma parte altamente desorganizada.

5.1 Declínio da individualidade

Além disso, outro ponto também levantado por Marcuse em relação ao que levou os indivíduos à conformidade foi a neutralização das possibilidades críticas da Razão. “Os controles técnicos parecem ser a própria encarnação da Razão em benefício de todos os grupos e interesses sociais – em um nível tal que toda contradição parece irracional e toda oposição, impossível.”(Marcuse, 2015, p.48) Nesse sentido, a razão técnica se torna a razão absoluta pela eliminação das possibilidades do pensamento negativo, que representa o poder crítico da razão. Forma-se, assim, um vácuo nas referências pela busca da transcendência dessa sociedade, pois as categorias da teoria social crítica, que se formaram pela recusa e pela subversão dos agentes das forças sociais efetivas, tornam-se neutralizadas.

Em suma, os mecanismos de socialização mudaram, de modo que o controle social se ancorou pela via nas novas necessidades produzidas pela sociedade. “A livre escolha entre uma ampla variedade de bens e serviços não significa liberdade se esses bens e serviços sustentam controles sociais sob uma vida de labuta e medo (...), e a reprodução espontânea, pelo indivíduo (...) testemunha apenas a eficácia dos controles.” (Marcuse, 2015, p.46) Tais elementos da crítica de Marcuse são totalmente atuais no sentido do avanço cada vez maior do capitalismo neoliberal, tais como os mecanismos de controle, por exemplo, para os níveis de consumo e reprodução do capital. A vida dos indivíduos tornou-se o próprio movimento e aceleração do capital, sendo que as pessoas que tem acesso aos diversos níveis de consumo não aceitam ou não aceitariam de modo algum uma regressão aos níveis anteriores de aquisição. Hoje em dia, as pessoas não aceitam de modo algum, por exemplo, não ter acesso aos

smartphones mais sofisticados. Tais aparelhos tornaram-se parte integrante do próprio esquema corporal dos consumidores: há pessoas que não deixam o *smartphone* nem para dormir. A plena realização da submissão defensiva, ou seja, aceitar e amar a total integração e fusão ao dominador.

Horkheimer (2015) aponta outra questão importante no contexto da sociedade industrial e seus efeitos sociais, que foi o declínio da individualidade produzido pela crescente dissociação entre trabalho e as teorias críticas, o que facilitou a alienação e a “rendição aos poderes existentes, representados pelas agências de controle do capital ou do trabalho” (Horkheimer, 2015, p.159) A partir de uma concepção dialética da ascensão e do declínio da noção de indivíduo moderno, Horkheimer (2015) discute a crise do indivíduo da sociedade industrial a partir ideia de crise da razão, em que, pelo desenvolvimento tecnológico e produtivo, acaba por impedir o desenvolvimento das faculdades humanas da autorealização.

O mesmo processo que, tanto na realidade quanto na ideologia, fez do trabalho um tema econômico transformou o trabalhador, que já era o objeto da indústria, também em objeto do trabalho. À medida que a ideologia se tornou mais realista, mais pé no chão, sua inerente contradição com a realidade, sua absurdidade, cresceu. Enquanto as massas pensam em si mesmas como criadoras de seu próprio destino, elas são objetos de seus líderes. (Horkheimer, 2015, p.163)

Vale ressaltar que Dardot e Laval (2015) optam pela análise a partir da noção de governamentalidade por entenderem que a noção de ideologia é insuficiente para compreender as transformações da sociedade neoliberal. Pois, para os autores, há outros mecanismos além do encobrimento da realidade material pelo discurso ideológico. Há,

propriamente, uma direção positiva em torno das condutas dos indivíduos, há um trabalho de remodelagem da sociedade e das subjetividades. No mundo do capitalismo administrado, objeto de Horkheimer (2015), como no trecho acima, ainda havia espaço para o estranhamento entre o que se pensava o que acontecia, entre ideia e realidade, entre sujeito e sociedade. Hoje, na sociedade do capitalismo flexível, há uma completa fusão pela submissão defensiva entre o sujeito e sociedade. A realidade absorveu a contradição ideológica. A análise pela via da governamentalidade permite compreender os meios pelos quais a própria população se tornou objeto de governo, tanto na perspectiva do governo da vida e morte da população, como no modelo biopolítico, mas também, como a subjetividade, como o desejo mesmo dos sujeitos foi se tornando objeto de governo.

O individualismo burguês, fundamento da teoria e da prática do liberalismo, compreende a progressão social através das relações de concorrência no livre mercado, operada segundo os interesses individuais. Nesse sentido, “o indivíduo podia manter-se como um ser social apenas ao perseguir seus próprios interesses de longo prazo, às custas de gratificações efêmeras imediatas. (...) A mônada, um símbolo do século XVII do indivíduo econômico atomizado da sociedade burguesa, tornou-se um tipo social.” (Horkheimer, 2015, p.154) Hoje, a individuação se dá a partir da inserção do indivíduo como empreendedor de si, que configura o tipo social do capitalismo neoliberal.

Apesar do apelo ao individualismo e a ação pautada pelo próprio interesse, Horkheimer (2015) também aponta um efeito de conformidade, operando a construção das individualidades na busca do autointeresse. Assim, para Horkheimer (2015), o

descolamento das possibilidades de ação e alteração das condições produtivas gerou as condições de adesão dos indivíduos aos modelos do *status quo*, gerou uma individualidade de conformismo, em que o sujeito pouco se diferencia do seu meio: se constitui por mimetismo. Na era dos grandes conglomerados e da expansão da cultura de massa, o princípio de conformidade emancipa-se do individualismo e passa a ocupar uma posição de ideal. “O sujeito individual da razão tende a tornar-se um ego atrofiado, cativo de um presente evanescente, esquecendo o uso das funções intelectuais pelas quais ele outrora foi capaz de transcender sua efetiva posição na realidade.” (Horkheimer, 2015, p.156) Forma-se um tipo narcísico, que compreende que deve moldar-se pelo que vê, que deseja adaptar-se à realidade:

Desde o dia de seu nascimento, o indivíduo é levado a sentir que há apenas um caminho para se dar bem neste mundo – desistir da esperança de autorrealização absoluta. Isso ele pode atingir apenas pela imitação. Ele reage continuamente ao que percebe sobre si, não apenas conscientemente, mas com todo seu ser, emulando os traços e atitudes representados por toda as coletividades em que se vê enredado – seu grupo de diversões, seus colegas de classe, sua equipe esportiva e todos os outros grupos que, como apontado, forçam um conformismo mais estrito, uma rendição pela completa assimilação mais radical do que aquela que qualquer pai ou professor no século XIX podia impor. Ecoando, repetindo, imitando seu entorno, adaptando-se a todos os poderosos grupos aos quais ele eventualmente pertença, transformando-se de um ser humano um membro de organizações, sacrificando suas potencialidades pela disposição e habilidade de conformar-se a tais organizações e nelas ganhar influência, ele logra sobreviver. É a sobrevivência alcançada pelo mais antigo meio biológico de sobrevivência, a saber, pelo mimetismo. (Horkheimer, 2015, p.157)

Mais ainda,

A ênfase no heroísmo individual e no self-made man em biografias populares e em romances e filmes pseudorromânticos não invalida essa observação. Esses incentivos à autopreservação, fabricados a máquina, na verdade aceleram a

dissolução da individualidade. Assim como os slogans de individualismo vigoroso são úteis politicamente aos grandes trustes que buscam isentar-se do controle social, também na cultura de massa a retórica do individualismo, ao impor padrões de imitação coletiva, repudia o próprio princípio por ela defendido da boca para fora. (Horkheimer, 2015, p.175)

Assim, o sujeito conformado se identifica com a realidade, tendo o espaço privado invadido e coordenado pela racionalidade tecnológica da sociedade industrial e por uma psicologia correspondente, que deixa o ambiente de controle apenas do trabalho e das fábricas, e passa a operar também na cultura. E a cultura de massa contribui para reforçar as pressões sociais sobre os indivíduos, acentuando a direção atomizante da individualidade e da subjetividade. Tais inserções de crítica através de autores da chamada Escola de Frankfurt são legitimadas, pois eles já anteciparam muitas das críticas que Dardot e Laval (2016) empreenderam no mundo contemporâneo. Mesmo sabendo que o capitalismo está agora no seu momento planetário global, sem qualquer rival em termos de modo de produção, as transformações que as subjetividades vem sofrendo no mundo atual já teriam sido esboçadas num primeiro momento pela Escola de Frankfurt. Os controles nunca foram tao rígidos e abrangentes, a necessidade de consumo tão urgente, a fetichização da mercadoria tão expandida. O capitalismo no momento atual, no século XXI, evidencia de modo bem explícito a sua inerente violência e selvageria, que já estava marcada de forma bem clara nas suas origens enquanto acumulação primitiva na Inglaterra do século XVI.

6. Transformação político-econômica do capitalismo no século XX: reestruturação produtiva e ascensão do capitalismo flexível

Entre os anos 1945 a 1973, foi posto em curso uma série de práticas de organização política e econômica, de gestão do trabalho, de produção, de tecnologias e hábitos de consumo que tem origem no modo de produção Fordista e nas políticas de governo baseadas no Keynesianismo. (Harvey, 2008)

O Fordismo foi o regime de organização da produção de bens industriais que se manteve até meados de 1973. Nesse período, houve crescimento econômico, os padrões de vida da população se elevaram, houve expansão do consumo e as tendências de crise foram contidas. Esse crescimento está diretamente ligado aos compromissos assumidos pelo Estado, já que “foi necessário conceber um novo modo de regulação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 1930 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado.” (Harvey, 2008, p.124) Esse novo modo de regulação e uso dos poderes do Estado fundamentou-se nas políticas keynesianas de intervenção e regulação da economia, que tinham como objetivo estabilizar o capitalismo. As políticas keynesianas surgem então como resposta à crise de 1929 e são aplicadas pelo Estado.

Por meio de intervenções na economia, o Estado assume medidas para que se pudesse dar manutenção à ordem capitalista e para que se pudesse recuperar a acumulação capitalista frente a crise.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento aos salários com gastos em seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (Harvey, 2008, p.129)

As políticas adotadas pelo Estado de Bem-Estar operaram para que houvesse manutenção do pleno emprego e crescimento econômico. O Estado intervia nos processos de mercado, se necessário, lançando mão de políticas fiscais e monetárias. Havia interesse em produzir uma espécie de “compromisso de classe” entre capital e trabalho, para que se pudesse alcançar relativa paz e tranquilidade interna. Nesse sentido, foram estabelecidos padrões de salário e políticas de proteção social como acesso a serviços de saúde e educação. (Harvey, 2011)

Segundo Previtali e Fagiani (2017), as políticas estatais de proteção social e regulação das relações entre capital e trabalho funcionaram como eficiente meio de controle e adesão dos trabalhadores, evitando, assim, a resistência operária à nova ordem de acumulação. As reivindicações trabalhistas foram reconhecidas e os sindicatos foram legitimados como representantes dos trabalhadores nas negociações com as empresas. “A vertente social democrata do movimento operário começou a se destacar,

adotando o discurso da legalidade e do desenvolvimentismo do Estado–Nação, sendo impregnado pelo “fetichismo do Estado”, num período que as lutas trabalhistas pela emancipação do capital estavam sendo derrotadas em vários países.” (Previtali, Fagiani, 2017, p. 80)

O fordismo do pós-guerra não se configura somente como um sistema de produção em massa, mas como um modo de vida, que significa consumo em massa, a produção de uma nova estética e mercantilização da cultura. (Harvey, 2008) Aqui se insere a crítica de Marcuse (2015) sobre o desenvolvimento da administração técnico-científica, em que buscou-se conter a capacidade de transformação social, tal como exposto no item anterior desta dissertação.

O Estado de bem-estar teve seu apogeu na década de 1950, período em que já havia restaurado a capacidade produtiva, e que se consolidava a produção e consumo em massa. No entanto, a partir da década de 1970, sua hegemonia é abalada. (Previtali, Fagiani, 2017) Por volta de 1973, inicia-se o colapso dessa forma de regulação e organização político social, que, segundo Antunes (2009), expressam um quadro de crise estrutural do capital que, por uma série de razões, vinha obtendo taxas decrescentes de lucro. Essas razões, segundo Antunes (2009, p.32), estão na diminuição da taxa de lucro pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado pelas lutas sociais dos anos 1960; pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista, que não conseguiu produzir resposta frente a retração do consumo e ao aumento do desemprego; pela financeirização, que se intensificava, dada a diminuição da lucratividade da produção industrial e a crise do Estado de bem-estar. Nesse sentido,

tanto Harvey (2008) quanto Antunes (2009) apontam para o esgotamento dos mecanismos de gestão social, política e econômica vigentes até então.

Em resposta à própria crise, inicia-se novamente um processo de transição e reestruturação da produção e do trabalho, que envolve desmontagem e privatização de empresas estatais, desregulamentação de direitos trabalhistas conquistados nos anos anteriores, e uma reorganização de seu sistema ideológico e político, cujo mandatário é o neoliberalismo. (Antunes, 2009)

Para Harvey (2011), o neoliberalismo é uma teoria econômico política que tem como eixo fundamental a promoção do livre mercado, a defesa da propriedade privada e a promoção das capacidades de empreendedorismo individual. O papel do Estado deve ser de garantidor da estrutura institucional para o funcionamento adequado do livre mercado. Anderson (1995) aponta que, o neoliberalismo foi uma reação teórica e política às políticas keynesianas adotadas pelo Estado de bem-estar, e tem como texto inaugural “O caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. Para Duménil e Lévy (2014), o neoliberalismo é um novo estágio do capitalismo, um fenômeno multifacetado, que tem origem em um conjunto de determinantes históricos, que davam mostras de suas tendências já no fim da Segunda Guerra Mundial, com a fundação da Sociedade de Mont Pelerin, em 1947. Essa mesma sociedade, composta por Friedrich von Hayek, Ludwig von Mises, Milton Friedman, entre outros, produziu uma declaração de fundação de sua sociedade, que aqui será citada a partir de Harvey (2011), já traduzida, mas pode ser encontrada em língua original no *website* da instituição⁴.

4 <https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>

Os valores centrais da civilização se acham em perigo. Em grandes extensões da superfície da terra, as condições essenciais da dignidade e da liberdade humanas já desapareceram. Noutras, acham-se sob a constante ameaça do desenvolvimento das atuais tendências políticas. A posição do indivíduo e o grupo autônomo se acham progressivamente solapadas por avanços do poder arbitrário. Mesmo o mais precioso bem do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e de reflexão, encontra-se ameaçado pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio da tolerância quando em posição minoritária, buscam apenas galgar uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e obliterar todas as concepções que não a sua.

O grupo sustenta que esses desenvolvimentos vêm sendo promovidos pela ascensão de uma concepção de história que nega todos os padrões morais absolutos e de teorias que questionam o caráter desejável do regime de direito. Ele sustenta ainda que esses desenvolvimentos vem sendo promovidos por um declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo; porque, sem o poder e a iniciativa difusos associados a essas instituições, torna-se difícil imaginar uma sociedade em que se possa efetivamente preservar a liberdade. (Harvey, 2011, p.29)

A Sociedade tinha como objetivo combater o keynesianismo e o “solidarismo” da época para construir as bases para um outro tipo de capitalismo. No entanto, as condições para a aceitação e implantação deste ideal neoliberal não eram favoráveis nem politicamente ou economicamente, já que os anos de Estado de bem-estar apresentavam crescimento sem precedentes, os anos de ouro do capitalismo. Nesse sentido, a crítica neoliberal ao intervencionismo estatal e seus prejuízos não encontrava respaldo na realidade até então. (Anderson, 1995)

Mas porque o neoliberalismo se tornou a resposta à crise? Porque e como ocorreu a virada neoliberal? Como exposto anteriormente, na década de 1970 houve grande queda nas taxas de lucro da produção industrial e retração do consumo com aumento do desemprego. Enquanto as políticas keynesianas produziam a época de ouro

do capitalismo, não houve espaço para os questionamentos e proposições neoliberais. Com a chegada da crise nos anos 1970, as críticas neoliberais foram ganhando maior importância. Harvey (2011) nos esclarece a situação com os seguintes dados:

Uma condição do acordo do pós-guerra em quase todos os países era que o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do bolo econômico. Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos dos 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da Segunda Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas. Enquanto o crescimento se mantinha em altos níveis, essa restrição não parecia importante. Uma coisa é ter uma parcela estável de um bolo em crescimento. Mas quando o crescimento entrou em colapso nos anos 1970, quando as taxas de juro reais ficaram negativas e a norma era poucos dividendos e lucro, as classes altas em toda parte se sentiram ameaçadas. Nos Estados Unidos, o controle da riqueza (em oposição à renda) para pelo menos 1% mais rico da população permaneceu mais ou menos estável por todo o século XX. Mas na década de 1970 sofreu acentuada queda com o colapso do valor dos ativos (ações, imóveis, poupança). As classes altas tinham de agir com mais vigor para se proteger da aniquilação política e econômica. (Harvey, 2011, p.25)

Nesse sentido, a continuidade das políticas adotadas até então ofereciam ameaça à hegemonia das elites, e a neoliberalização representou um projeto político de reorganização do capitalismo internacional para restabelecer o poder e a hegemonia das elites econômicas. O neoliberalismo se instalou a princípio na Inglaterra, em 1979, com a eleição de Margareth Thatcher e, nos anos 1980, com a eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos, e no Chile, com a ditadura de Pinochet. Estes representam o início da neoliberalização em seus respectivos países, que levaram a cabo as prescrições dadas pela teoria neoliberal.

O neoliberalismo vai paulatinamente sendo implantado globalmente, seja por meio de pressão política por atos de seus próprios governos, ou por meio de imposições dadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial e/ou pela OMC (Organização Mundial do Comércio). A liberalização da economia dos países foi a porta de entrada do capital global. (Castells, 2011)

Outra perspectiva sobre as condições de ascensão do neoliberalismo é dada por Foucault (2008^a). A análise foucautiana compreende o neoliberalismo como uma reprogramação da governamentalidade liberal, tema discutido em seu curso no Collège de France, em 1979, intitulado Nascimento da Biopolítica. O estudo do liberalismo e do neoliberalismo está inserido nas reflexões de Foucault a respeito das formas históricas das relações de saber-poder, das relações estratégicas que constituem a vida social e que criam subjetividades. Ele busca compreender o modo como, a partir do século XVIII foi se desenvolvendo um novo modo de governo, uma nova razão governamental, que tinha como objeto de governo a população, a economia como sistema de verificação e os dispositivos de segurança como sistema de regulação. Foucault, nesse curso, busca analisar os deslocamentos pelos quais a governamentalidade liberal se transforma, ou é reprogramada em governamentalidade neoliberal.

Antes de avançar nas reflexões acerca do desenvolvimento neoliberalismo, recuperaremos as condições pelas quais a governamentalidade liberal se torna neoliberal, tal como compreendido por Foucault (2008^a).

6.1 Da governamentalidade liberal à governamentalidade neoliberal

O liberalismo surge como razão de governo, a partir do século XVIII, “(...) em reação às práticas administrativas e regulamentares do “Estado de polícia” monárquico.” (Laval, 2020, p.50) A razão liberal se instituiu a partir da questão sobre os limites do governo, ou “como não governar demais”.

A resposta liberal não diz mais respeito diretamente às qualidades do soberano (sabedoria, virtude, fidelidade cristã às leis divinas, leis supremas do reino, ordem das coisas, etc.), senão aos próprios governados, ou mais exatamente às propriedades, aos direitos e às capacidades que lhes são pressupostas. Apenas eles são suscetíveis de instituir uma racionalidade cujo princípio subjetivo é o interesse pessoal, e o efeito objetivo, a limitação do poder do soberano. Assim, a arte de governo liberal é fundada sobre os direitos e a racionalidade dos próprios governados. (Laval, 2020, p.50)

Nesse sentido, a vida dos governados se torna objeto de governo, o que Foucault chamou de Biopolítica. O estudo do biopoder foi objeto de análise no curso do ano 1977-1978, intitulado Segurança, território, população. Na abertura do curso, Foucault propõe o que seria a análise do biopoder como: “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder.” (Foucault, 2008b, p.3)

A biopolítica tem como objetivo regular a vida da população em questões como a natalidade, a mortalidade, controle de epidemias, educação, entre outros. Para que tal mecanismo funcionasse, foi necessário outro conjunto de mecanismos, os dispositivos de segurança. Estes constituem um: “conjunto de mecanismos específicos voltados à regulação dos movimentos da população e da produção, que permitem agir sobre as

variáveis e os meios que afetam a vida coletiva e individual: a disciplina prescreve, a lei proíbe, e a segurança regula a realidade. Essa regulação utiliza, entre outros, o mecanismo de mercado.” (Laval, 2020, p.91)

Além do estudo do biopoder, em Segurança, território, população, Foucault introduz o conceito de governamentalidade, um conceito de tal importância que chega a considerar que chamar o curso de “história da governamentalidade” poderia expressar melhor o teor das reflexões propostas ali. Tal definição de governamentalidade já é dada na página 34 desta dissertação.

Laval (2020) nos esclarece que o conceito de governamentalidade é alterado posteriormente, no sentido de se tornar mais amplo. A princípio, o conceito abrigava a biopolítica e as questões relacionadas ao que afetava a vida da população. Posteriormente, a governamentalidade incorporará o sentido da “arte de governar” ou a “racionalidade governamental” para designar as formas de governo no sentido de como se intervém em certo contexto, com fins de conduzir as condutas dos indivíduos. Nesse sentido, o liberalismo se configura como uma nova arte de governar, que tem não mais na coerção a forma de ação sobre os indivíduos, mas sim a condução de suas condutas por meio de um governo econômico da população. Essa razão de governo incita, conduz a ação dos governados “não mais pela culpabilidade, pelo comando e pela coerção, mas pelo interesse livremente perseguido no quadro de uma sociedade de trocas.” (Laval, 2020, p.42) Assim, a arte de governar no liberalismo incita a ação dos indivíduos segundo seus interesses, cálculos de utilidade e pela livre iniciativa.

A pesquisa de Foucault sobre o liberalismo como uma nova arte de governar se inscreve no estudo das formas históricas de saber-poder, como descrito anteriormente. A nova arte de governar tem na limitação do exercício do poder de governar seu tema fundamental, que constitui uma inflexão entre a razão de Estado para uma razão de Estado mínimo. A conexão entre prática de governo e regime de verdade se dá por um objeto em comum da intervenção de governo da prática governamental, desde a Idade Média, passando pelos séculos XVI e XVII, que é o mercado. Para Foucault (2008a, p.42), “é esse lugar mesmo, e não a teoria econômica que, a partir do século XVIII, vai ser tornar um lugar e um mecanismo de formação de verdade”, e para que possa constituir essa verdade, será necessário “deixá-lo agir com o mínimo possível de intervenções, justamente para que ele possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental.” O mercado permite, por meio da troca, conectar produção, necessidade, oferta, demanda e preço e, por esse motivo, constitui um lugar de verificabilidade para a prática governamental.

Na Idade Média, no século XVI e XVII, o mercado funcionou como um lugar de justiça, pois era um espaço regulamentado, em que havia, como princípio a prática do preço justo, que mantivesse relação entre o trabalho e a necessidade do comerciante. Era um lugar de justiça na medida em que assegurava a justiça dos preços e a ausência de fraude. A verdade do mercado não constituía a verdade dos preços, como veremos posteriormente, mas sim a ausência de fraude. “Esse sistema – regulamentação, justo preço, sanção da fraude – fazia portanto que o mercado fosse essencialmente,

funcionasse realmente como um lugar de justiça, um lugar em que devia aparecer na troca e se formular nos preços algo que era a justiça.” (Foucault, 2008a, p.43)

No século XVIII, a função do mercado altera-se, deixando de ser um lugar de jurisdição para o lugar que funciona sob um mecanismo natural, espontâneo, “tão espontâneo que quem tentasse modificá-los, só conseguiria alterá-los e desnaturá-los.” (Foucault, 2008a, p.44) Mais ainda, o mercado torna-se um lugar de verdade quando permite-se que o mecanismo natural atue, produzindo assim o “preço natural”. Quando deixado agir conforme seus mecanismos naturais, o mercado produzirá sua “verdade natural”, que permite que o preço obtido seja compreendido como um “preço verdadeiro”, ou preço justo. No entanto, o preço “não traz consigo, em absoluto, essas conotações de justiça. Será um certo preço que vai oscilar em torno do valor do produto.” (Foucault, 2008a, p.44)

O preço verdadeiro constituirá, portanto, um padrão de verdade, na medida em que seja obtido conforme os mecanismos do mercado. Esse padrão de verdade orientará as práticas governamentais, oferecendo meios de discernir as práticas corretas e incorretas, e vai possibilitar falsificar ou verificar a ação governamental.

Outro aspecto da arte de governar no liberalismo é a noção de utilidade, que constitui uma razão de limitação dessa prática governamental. O utilitarismo tem como fundamento limitar o exercício do poder governamental pela busca em constituir o cálculo da ação pela utilidade, ou seja, o que seria útil ou inútil como ação governamental, para que se possa atingir objetivos determinados. (Laval, 2020) Em

outras palavras, o limite das competências do governo será definido pela utilidade da intervenção governamental.

O utilitarismo, também chamado por Foucault de “radicalismo inglês” tem no uso do termo “radical” o apelo ao direito originário que os povos anglo-saxões teriam antes da invasão contra os normandos, o direito originário em oposição aos abusos do poder soberano. O radicalismo seria, portanto, a busca por fazer valer o direito originário como direito fundamental no campo do direito público. Com o deslocamento de sentido instituído pelo radicalismo inglês, “radical” passa a significar se colocar continuamente a questão da utilidade ou não utilidade de uma ação governamental. (Foucault, 2008^a)

Não se deve pensar que o radicalismo político inglês nada mais é que a projeção, no plano político, de uma ideologia, digamos, utilitarista. Ao contrário, a partir de uma elaboração interna, que é também uma elaboração perfeitamente pensada, que é também uma reflexão perpetuamente investida, permeada, de elementos filosóficos, teóricos, jurídicos, logo, a partir do governo, definir qual deve ser sua esfera de competência, e defini-la em termos de utilidade. A partir disso, o utilitarismo aparece como algo bem diferente de uma filosofia, algo bem diferente de uma ideologia. O utilitarismo é uma tecnologia do governo, assim como o direito público era, na época da razão de Estado, a forma com a qual se procurava limitar a linha de tendência indefinida da razão de Estado. (Foucault, 2008a, p.56)

A lei, concebida pela via utilitarista, constituirá não só a esfera de intervenção governamental, mas, também, constituirá a concepção de liberdade dos indivíduos, sendo a liberdade como independência dos governados em relação aos governantes.

O neoliberalismo que nasce como reprogramação do liberalismo tem duas raízes distintas, uma de origem alemã, que surge como reação à República de Weimar, os acontecimentos ligados à crise de 1929 e o nazismo. Outra é a via norte-americana, que surge em oposição ao New Deal.

Entre essas duas formas de neoliberalismo, que demarco de uma maneira um tanto arbitrária, claro, há um grande número de pontes, por exemplo, a primeira delas é o inimigo comum, o adversário doutrinal maior, que é Keynes, claro, que vai fazer que a crítica a Keynes circule de um a outro desses dois neoliberalismos; a segunda, os mesmos objetos de repulsão, a saber, a economia dirigida, a planificação, o intervencionismo de Estado, o intervencionismo sobre as quantidades globais, justamente, a que Keynes dava tanta importância teórica e, sobretudo, prática; (Foucault, 2008, p.107)

Havia a necessidade de se pôr em curso medidas para a reconstrução dos Estados destruídos pela guerra. Aqui, a análise de Foucault (2008) se atem à Europa e os Estados Unidos, mas especialmente, a Alemanha. Para a reconstrução, havia três exigências principais, que era voltar a um ambiente político e econômico de paz; a planificação da economia; e os objetivos sociais, que se tratava de propor medidas para evitar que se repetisse algo como o fascismo ou nazismo.

No caso da Alemanha, a reconstrução do país passava por refundar a legitimidade do Estado alemão, dada todas as violações que haviam sido cometidas até então. Por esse motivo, Foucault acentua a importância da ideia de liberdade econômica como fundadora, que dá a legitimidade para o Estado alemão, para se distanciar da imagem de Estado forte, totalitário. O ordoliberalismo, ou neoliberalismo alemão é a forma de neoliberalismo que vai se formar e ser levada a cabo na Alemanha do pós-guerra. Nessa configuração, a ordem econômica é dada pela constituição de um quadro

jurídico institucional que cria as condições para o funcionamento do mercado concorrencial. “Assim, a tarefa política do momento era estabelecer uma ordem de concorrência baseada no mecanismo dos preços e, para isso, criar um quadro institucional especificamente adaptado a uma economia de concorrência.” (Dardot, Laval, 2016, p.102)

A outra forma de neoliberalismo foi a via austro-americana, que dá maior ênfase à ação individual e aos processos de mercado, visando, “em primeiro lugar, a produzir uma descrição realista de uma máquina econômica que tende ao equilíbrio, quando não é perturbada por moralismos ou intervenções políticas e sociais destruidoras.” (Dardot, Laval, 2016, p.134) Outro ponto importante para essa forma de neoliberalismo é construir e implantar o princípio da concorrência como forma universal à ordem do capitalismo, que se expressa no empreendedorismo. Para os autores, é esta dimensão antropológica do homem-empresa que diferencia e torna singular essa forma de neoliberalismo.

6.2 A racionalidade neoliberal

Como contraponto às definições do neoliberalismo propostas por Harvey (2011), Duménil e Lévy (2014) e Anderson (1995), Dardot e Laval (2016) e Brown (2015) (2019), partindo da perspectiva foucaultiana, definem o neoliberalismo como uma racionalidade. Por racionalidade, entende-se uma lógica normativa global, um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. (Dardot, Laval, 2016, p.17)

Para os autores, a interpretação marxista clássica de que o neoliberalismo é fruto da crise de acumulação cíclica do capitalismo não é suficiente para compreender a infiltração e a capacidade de se manter como razão hegemônica de governo. Dardot e Laval (2016) enfatizam o aspecto disciplinar imposto pelo neoliberalismo como lógica normativa global, de modo que, além de constituir um novo conjunto de regras que definem outro regime de acumulação, o neoliberalismo visa a construção de uma outra sociedade, por meio do uso de técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades dos sujeitos.

Brown (2015), em *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution* mostra como a racionalidade neoliberal leva a um processo de esfacelamento da noção de sociedade, do social. O “*Demos*” é entendido como fundamento da democracia e, com a corrosão do sentido do social, ocorre, como efeito, um processo de desdemocratização. A racionalidade neoliberal implanta e expande a ideia de que todos os âmbitos da vida social, como as políticas, o funcionamento das instituições, também o campo da vida privada e da própria subjetividade, devem funcionar segundo o modelo empresarial, uma economicização de todos os aspectos da vida.

Em *Nas ruínas do Neoliberalismo* (2019), Brown atualiza a leitura que faz da governamentalidade neoliberal, desde o último livro. Neste, a autora dá maior ênfase ao aspecto da defesa da moralidade tradicional no interior das construções teóricas dos neoliberais da Sociedade de Mont Pelerin, em especial, as de Friedrich Hayek – que explica, em grande medida, como o neoliberalismo se associa ao discurso conservador de extrema direita.⁵ “A razão neoliberal, especialmente como Friedrich Hayek a

⁵O livro foi originalmente publicado em 2019, em meio à ascensão ao poder de diversos políticos com discurso fortemente conservador: nacionalistas, xenófobos, defensores da moralidade tradicional e dos valores da família, racistas, entre outros. Pudemos assistir a chegada ao poder de políticos e partidos

formulou, coloca o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios de dinâmicas ontológicos. Enraizados na liberdade [*liberty*] e gerando uma ordem e evolução espontâneas, seus opostos radicais são qualquer tipo de política, planejamento e justiça sociais deliberados e administrados pelo Estado.” (Brown, 2019, p.22)

O neoliberalismo, como nova razão governamental articula o conservadorismo na figura da família, a subordinação aos movimentos da globalização e financeirização e busca reconstituir os modos de governo por uma alteração radical do exercício do poder governamental. O Estado se torna mais desregulamentado em relação à economia, porém, exerce maior regulação sobre a vida da população. O processo de governamentalização substitui e sobrepõe novos significados ao campo da política. (Brown, 2016, p.16) As decisões dos governos, os conflitos sociais e suas contradições passam a ser geridos de forma técnica, pragmática, “focada em soluções”, e as discussões políticas passam ser compreendidas como espaço de criação de consenso e “trabalho de equipe” em torno de um objetivo ou projeto em comum.

Embora transforme toda a noção de engajamento público em governança, a racionalidade política neoliberal conserva a ideia de “sacrifício cidadão”. A virtude de um cidadão é reconfigurada em exercício de “empreendedorismo responsabilizado”, sendo este, a posição de um indivíduos consciente de que é preciso partilhar o sacrifício necessário para a manutenção de uma economia saudável. O quadro jurídico atua como meio de redesenhar o social e as formas de sociabilidade, como meio de constituir a

conservadores de extrema direita em diversas partes do mundo como, por exemplo: Donald Trump, eleito presidente dos Estados Unidos em 2016, Jair Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018 ou Viktor Orbán, reeleito primeiro-ministro da Hungria em 2018 – cargo que ocupa desde 2010, fazendo deste último o terceiro mandato consecutivo.

economização da política. E assim, o indivíduo é constrangido a aceitar toda e qualquer reforma ou retirada de direitos, como forma de exercício de cidadania. Junto a essas substituições despolitizantes, podemos acrescentar a *delegação* e a *responsabilização* como elementos de importância central no exercício do poder governamental. Para Brown (2016, p. 36), é

É lugar comum afirmar que a governança neoliberal enfatiza a delegação de autoridade como parte de sua antipatia formal ao poder estatal centralizado e como um elemento de governança, entendida como resolução de problemas pelas partes envolvidas. Delegar também significa que problemas de larga escala, como recessões, crises do capital financeiro, crises fiscais do Estado, são canalizados para unidades pequenas, fracas, totalmente incapazes de lidar com eles, seja técnica, política ou financeiramente.

Ou seja, do Estado ao espaço mais capilarizado das localidades ou instituições, são elegidas autoridades decisórias, que tem como função gerenciar os recursos de forma supostamente autônoma, porém com condições extremamente limitadas de liberdade de escolha. “Estes, enfim, investidos da chamada “autoridade decisória” não tem, é claro, os recursos para exercer essa autonomia e soberania fantasmagóricas, essa falsa liberdade de escolha.” (Brown, 2016, p.36)

Assim, produz-se um cenário no qual o centro de decisão do poder se torna invisível, desconectam-se e desarticulam-se as associações entre aqueles que decidem de fato e aqueles que sofrem as consequências das medidas gerenciais. Os gerentes, intermediários do sistema, tornam-se meros porta-vozes de uma realidade aparentemente incontestável. Outro ponto importante é o fato de que, por enunciarem uma realidade incontornável, operam também a efetivação de uma noção de moralidade específica ao neoliberalismo.

Na delegação, o poder decisório transita, com limites definidos, pelos dutos mais baixos de poder e autoridade. A responsabilização é a sobrecarga moral, posta sobre o elemento mais fraco no fim da linha, de ter que discernir e seguir corretamente as estratégias de valorização do capital humano. A responsabilização converte, discursiva e eticamente, o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais e o consumidor, naquele cujo dever moral é buscar o autoinvestimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado. (Brown, 2016, p.38)

Assim, afirma-se indiretamente o efeito ruim e negativo da dependência, bem como afirma-se a necessidade de se responsabilizar para que haja reconhecimento como um indivíduo capaz de exercer sua autonomia e sua soberania pessoal.

As políticas neoliberais se ampliaram e tomaram tal proporção que tanto as políticas à direita quanto à esquerda, em maior ou menor medida, adotaram essa perspectiva. Dardot e Laval (2016) questionam se apenas a análise da conjuntura histórica seria o suficiente para compreender o que mantém a razão neoliberal como razão hegemônica de governo. Para os autores, um elemento fundamental, que deu as condições de possibilidade para a adesão ao modelo neoliberal, foram as críticas ao Estado de bem-estar, pois havia à época uma luta ideológica entre a perspectiva intervencionista e a perspectiva de maior desregulamentação pela associação entre o compromisso social-democrata e o intervencionismo do Estado, e o compromisso neoliberal e a defesa do livre mercado.

Os neoliberais faziam duras críticas à utilidade e aos efeitos do intervencionismo, defendendo que, em vez de se produzir melhoras na condição de vida geral da sociedade, as medidas dos social-democratas prejudicavam moralmente, produziam *déficit* econômico e inflação pelas políticas de proteção social; e as políticas

de redistribuição, em vez de reduzir desigualdades, desestimulavam o esforço e iniciativa individual.

Mas a questão do custo do Estado social está longe de se circunscrever à dimensão contábil. Na realidade, é no campo moral que a ação pública pode ter os efeitos mais negativos (...). Mais precisamente, é pela desmoralização que se é capaz de provocar na população a opinião de que a política do “Estado de bem-estar” se tornou particularmente onerosa. O grande tema neoliberal afirma que o Estado burocrático destrói as virtudes da sociedade civil: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo. Não é o mercado que destrói a sociedade civil com sua “sede de lucro”, porque ele não poderia funcionar sem essas virtudes da sociedade civil; é o Estado que corrói as molas da moralidade individual. (Dardot, Laval, 2016, p.210)

Além da disputa ideológica em torno do intervencionismo e da perspectiva de desregulamentação, foi necessário implantar uma disciplina para que houvesse não só adesão, mas uma transformação mais radical dos sujeitos e dos modos de se governar. O apelo moral em torno da deturpação dos valores do trabalho e da iniciativa individual, advindo das políticas sociais, criou o consenso em torno da imoralidade de tais políticas.

Isso foi obra, em grande parte, de técnicas e dispositivos de disciplina, isto é, de sistemas de coação, tanto econômicos como sociais, cuja função era obrigar os indivíduos a governar a si mesmos sob a pressão da competição, segundo os princípios do cálculo maximizador e uma lógica de valorização do capital. (...) Finalmente, a progressiva ampliação desses sistemas disciplinares, assim como sua codificação institucional, levaram à instauração de uma racionalidade geral, uma espécie de novo regime de evidências que se impôs aos governantes de todas as linhas como único quadro de inteligibilidade da conduta humana. (Dardot, Laval, 2016, p. 193)

A reestruturação neoliberal dos valores sociais não incorpora a noção dos direitos universais do liberalismo. A concorrência sem qualquer ajuste de equidade é compreendida como forma justa de competição na vida social. Inclusive, a própria

noção de social e de sociedade foi objeto de crítica por Friedrich Hayek. “Ele considera a própria noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma “fraude semântica”. (Brown, 2019, p.41) O intervencionismo, na forma de justiça social seria uma ameaça grave aos valores da civilização livre, pois trata-se de um disfarce para a ação do poder coercitivo, que poderia abrir as portas para um tipo de intervenção estatal ilimitada, tanto no mercado quanto na vida privada e seus códigos morais. (Brown, 2019)

Os sistemas morais, para Hayek (*apud* Brown, 2019), assemelham-se ao mercado ao situarem a justiça nas regras e não nos resultados. Por serem um sistema de valores herdado, o sistema moral forma um dispositivo para lidar com o que é desconhecido, é um código para ação, que orienta a conduta moral. Não poderia haver um código de justiça que tornasse justa alguma situação cujo resultado não poderia ser precisamente determinado. Assim, a regra do jogo é que deve ser justa e não o resultado.

A verdadeira justiça exige que as regras do jogo sejam conhecidas e aplicadas universalmente, mas todo jogo tem vencedores e perdedores, e a civilização não pode evoluir sem deixar para trás os efeitos da fraqueza e do fracasso, bem como o acaso. (Brown, 2019, p. 47)

O princípio da igualdade é, para os neoliberais, em si, equivocado, pois buscam recriar o mundo de acordo com um plano racional, ou mesmo, por um cálculo moral que coordenasse a sociedade. O erro está em associar a moralidade aos resultados e não às regras do jogo, e a intervenção ocasionada pela justiça social ataca “a justiça, a liberdade e o desenvolvimento civilizacional garantidos pelo mercado e pela moral.” (Brown, 2019, p.48) Sobre esse aspecto que se incide a crítica neoliberal da dependência das políticas de assistência, que cumpre a função de poupar os indivíduos

dos riscos inerentes à relação de mercado, e assim perverte o movimento “natural” de formação dos indivíduos pelas regras do mercado. Na concepção neoliberal:

A única guerra contra a pobreza que se sustenta é a volta aos valores tradicionais: Trabalho, família e fé são os únicos remédios para a pobreza. Esses três meios estão ligados, já que é a família que transmite o sentido do esforço e a fé. Casamento monogâmico, crença em Deus e espírito de empresa são os três pilares para a prosperidade, uma vez que nos livramos da ajuda social, que apenas destrói a família, a coragem e o trabalho. (Dardot, Laval, 2016, p. 212)

O apelo moral que institui a decadência em torno da dependência em relação ao Estado e às políticas sociais gerou as condições para se cristalizar a noção de que o indivíduo deve se realizar a partir da responsabilização por si e por seus atos. Se o indivíduo e sua família são responsáveis pela própria vida, então devem se responsabilizar pelo custeamento de todas as suas necessidades, como educação e saúde. Se o enriquecimento é um valor supremo, os trabalhadores serão incentivados a se esforçar para produzir mais, da mesma forma que se esforçarão para acumular bens.

Um novo discurso de valorização do “risco” inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que os dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. Se o indivíduo é o único responsável por seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. (Dardot, Laval, 2016, p.213)

Outro ponto da disciplina neoliberal é a liberdade de escolha, elemento fundamental no exercício da autonomia por um sujeito ativo, atento às melhores

oportunidades. “A liberdade de escolher (...) é uma das principais missões do Estado. É tarefa sua não apenas reforçar a concorrência nos mercados existentes, mas também criar concorrência onde ela ainda não existe.” (Dardot, Laval, 2016, p.223)

Essa liberdade dada pela concepção neoliberal se dá em conjunto com o ataque ao social, a partir da noção de que a liberdade se constitui exclusivamente pelo que é permitido e legitimado legalmente, a despeito das consequências coletivas de uma ação. Assim, a indiferença em relação ao outro e à coletividade vai sendo consolidada junto à justificativa de legalidade. Esta funciona como a regra a ser cumprida, e, sendo a regra atendida, qualquer ação dentro da legalidade seria justa. Assim, as reformas da legislação como a reforma trabalhista, por exemplo, em que o “negociado se sobrepõe ao legislado” autoriza e legitima a privação de direitos, a despeito da justiça efetiva dos resultados que provoca, “permite ataques em nome da liberdade ao que quer que tenha sobrado do tecido social.” (Brown, 2019, p. 55)

Outro fator que compõe a reformulação neoliberal é a nova perspectiva adotada na análise do trabalho. A vertente neoliberal norte americana, proveniente da Universidade de Chicago, em especial, na figura de Gary Becker e Theodore Schultz, produziu uma mutação epistemológica essencial, que desloca o objeto de análise econômica tradicional, deixando o foco centrado nos mecanismos da produção, das trocas e dos fatos de consumo, para se centrar no comportamento humano. (López-Ruiz, 2008)

Ora, para os neoliberais, a análise econômica deve consistir, não no estudo desses mecanismos, mas no estudo da natureza e das consequências do que

chama de opções substituíveis, isto é, o estudo e a análise da maneira como são alocados recursos raros para fins que são concorrentes, isto é, para fins que são alternativos, que não podem se superpor uns aos outros.” (Foucault, 2008^a, p. 306)

Em outras palavras, o estudo sobre a alocação dos recursos raros redireciona o foco de análise econômica para o modo como os indivíduos alocam esses recursos. Trata-se do estudo da racionalidade do comportamento humano, e “o que a análise deve tentar esclarecer é qual cálculo, (...) dados certos recursos raros, um indivíduo ou indivíduos tenham decidido atribuí-los a este fim e não àquele.” (Foucault, 2008^a, p. 307) A economia, portanto, assume o papel de analisar o trabalho a partir da programação estratégica da atividade dos indivíduos, passa a buscar compreender a razão pelo qual os indivíduos utilizam os recursos que dispõe.

(...) será necessário, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. O que é trabalhar, para quem trabalha, e a que sistema de opção, a que sistema de racionalidade essa atividade de trabalho obedece? E, com isso, se poderá ver, a partir dessa grade que projeta sobre a atividade de trabalho um princípio de racionalidade estratégica, em que e como as diferenças qualitativas de trabalho podem ter um efeito de tipo econômico. Situar-se, portanto, do ponto de vista do trabalhador e fazer, pela primeira vez, que o trabalhador seja, na análise econômica não um objeto, o objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo. (Foucault, 2008^a, p.308)

A reestruturação epistemológica na ideia de capital humano leva à compreensão do trabalhador não como força de trabalho, mas sim um sujeito econômico ativo, que pode produzir renda a partir do capital que é, afinal, o salário é uma renda, o rendimento

de um capital. “Ora, qual é o capital de que o salário é a renda? Pois bem, é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário” (Foucault, 2008^a, p.308) Decompondo o trabalho em capital e renda, o trabalhador se torna uma máquina que pode produzir fluxos de renda pelo capital-competência que é. O objetivo é constituir uma referência para a análise econômica não pelo indivíduo nem por processos ou mecanismos, mas sim, por associações entre empresas. “Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresa.” (Foucault, 2008^a, p. 310) Até mesmo a ideia de *Homo Oeconomicus* é reformulada, pois, na concepção liberal, o *Homo Oeconomicus* é o homem da troca no mercado. O *Homo Oeconomicus* na concepção neoliberal é um empresário, um empresário de si mesmo, tendo em si mesmo seu próprio capital e sua fonte de renda. (Foucault, 2008a)

7. Neoliberalismo como política de subjetivação

O neoliberalismo pode ser compreendido como uma razão de governo que tem na generalização da concorrência, o fundamento de sua ação. Como uma tecnologia de poder, o neoliberalismo, além de propor outro regime de acumulação ou políticas de governo, tem como horizonte a instituição de uma nova forma de sociedade, em que se desfaz a noção do que é coletivo, do político e do social, em favor de uma sociedade de empreendedores (Brown, 2015). A razão econômica é aplicada em todas as esferas de ação dos indivíduos, sejam elas do campo público ou privado, de forma que se elimine as fronteiras entre política, sociedade e economia. E a análise econômica, pela

reestruturação epistemológica da ideia de capital humano, se constitui como uma psicologia, uma análise do comportamento humano.

O indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: *Você S/A*. E é justamente por isso que a economia, desde então, já não mais se resume à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano. (Costa, 2009, p.177)

Dardot e Laval (2016) defendem que a razão neoliberal, com toda sua demanda de reestruturação social, produz um novo sujeito, a que chamam Sujeito Neoliberal, ou Sujeito Empresarial. “O homem benthamiano era o homem calculador do mercado e o homem produtivo das organizações industriais. O homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial.” (Dardot, Laval, 2016, p.322) Agora, trata-se de governar não mais pela coerção e adestramento dos corpos, mas engajar a subjetividade do sujeito envolvido como um ser ativo, e, como novidade no processo, um ser desejante.

O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o novo efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot, Laval, 2016, p.327)

A generalização do funcionamento do eu-empresa gerou indivíduos que se compreendem como empresários de si mesmos, que têm como racionalidade que orienta

suas ações, a lógica dos investimentos de capitais, e compreensão dos próprios afetos como objeto de trabalho e otimização para produção e desenvolvimento de capital humano e simbólico. A teoria do capital humano promove a todos a categoria de capitalistas de si mesmos, de gestores do próprio capital. (Corbanezi, 2021)

A substituição dos dispositivos de direção de conduta pelo desejo do sujeito encontra ressonância no que Han (2018) chamou de psicopolítica. Para Han (2018), o neoliberalismo exerce uma tecnologia de poder diferente da biopolítica, como proposta por Foucault, em seu sentido de governo da população e controle da vida e da morte dos corpos. Para Han (2018), o que está em questão atualmente é o controle e a condução da alma dos sujeitos, de modo que a noção mesma de liberdade e o desejo do sujeito sejam dirigidos. A ação do “poder inteligente” se mostra amigável, “não age frontalmente contra a vontade dos sujeitos subjugados (...). É mais afirmador que negador, mais sedutor que repressor. Ele se esforça em produzir emoções positivas e explorá-las. Seduz, em vez de proibir. Em vez de ir contra o sujeito, vai ao seu encontro”. (Han, 2018, p.27)

O poder inteligente se funde à subjetividade, de modo que sua ação seja sutil, indireta, mas presente o suficiente para produzir o efeito de submissão e direção da conduta. Ele descobre a psique como força produtiva, intimamente relacionada com a forma de produção do capitalismo atual, que se funda em meios imateriais. (Han, 2018) A gestão gerencialista de empresas, inclusive, utiliza muito bem essa tecnologia de poder ao mobilizar permanentemente o desejo dos trabalhadores, incitando o reconhecimento, a recompensa e o mérito pela mostra de desempenho e esforço pessoal. “Na empresa hierárquica, o desejo era reprimido por um Superego severo e vigilante.

Na empresa gerencial, o desejo é exaltado por um Ideal do Ego, exigente e gratificante. Ela se torna o lugar da realização de si mesmo.” (Gaulejac, 2007, p.113)

Partindo-se da perspectiva de Han, pode-se dizer que no momento atual do capitalismo, a relação capital-trabalho jamais foi tão assimétrica. Parece que o trabalho pede para ser subjugado, não expõe resistências às diversas seduções implementadas pelo capital.

7.1 Sofrimento psíquico em tempos de “guerra econômica”

A mobilização constante da subjetividade dos sujeitos não serve somente para amainar os conflitos entre trabalhadores e empresas ou buscar adesão e participação ativa. O aspecto de exploração do sofrimento é uma das ferramentas pelas quais a gestão do trabalho lança mão, com intuito de incremento na produtividade. Dejours (1992) mostra como essa exploração do sofrimento constitui parte das engrenagens de produtividade do trabalho. Para o autor, a erosão da vida mental dos trabalhadores é útil para a implantação da disciplina do trabalho, e o sofrimento mental, um intermediário necessário à submissão.

Dejours (1992) evidencia, por meio da análise do caso de trabalhadoras telefonistas, a mecânica por meio dos quais a exploração do sofrimento acontece. O autor esclarece que a relação entre tensão nervosa e produtividade se dá a partir da seguinte relação: Quanto mais a telefonista fica nervosa pelos atendimentos, mais deve intensificar sua autorepressão. A frustração e a raiva acumuladas provocam uma agressividade reativa, que vai ser explorada pela organização. Pela necessidade de

manter a disciplina, a telefonista direciona essa agressividade para si, na forma de auto-agressão. Forma-se um círculo vicioso no qual a frustração alimenta a disciplina e o comportamento condicionado. A conclusão sobre o mecanismo analisado por Dejours (1992) será reproduzido a seguir:

Contra o assinante desagradável, a reação agressiva não tem mais chances de se exteriorizar do que contra a controladora, precisamente por causa do controle exercido. Proibição de responder agressivamente, proibição de desligar, proibição de irritar o outro fazendo-o esperar indefinidamente... a única solução autorizada é reduzir o tempo da comunicação e empurrar o interlocutor para desligar mais depressa. De maneira que a única saída para a agressividade, aliás bem restrita, é trabalhar mais depressa. Eis aí um fato extraordinário, que conduz a fazer aumentar a produtividade, exasperando as telefonistas. De modo que não é tanto exortando-as a trabalhar rápido mas provocando irritação e a tensão nervosa nas telefonistas, que a controladora pode obter melhor rendimento. (Dejours, 1992, p. 103)

O sofrimento psíquico, longe de ser acidental “é o próprio instrumento para obtenção do trabalho. O trabalho não causa sofrimento, é o sofrimento que produz trabalho. (...) Para aumentar a produção, basta puxar a rédea do sofrimento psíquico.” (Dejours, 1992, p. 103) E o que é explorado pela organização é, não só o sofrimento do sujeito, mas seus mecanismos de defesa, que, no caso das telefonistas, ao reagirem ao sofrimento, se tornam robotizadas, mecanizadas e, assim, aumentam a produtividade.

A exploração do sofrimento no trabalho pode chegar a níveis tão massacrantes e cruéis que, não raro, o suicídio se torna a resposta. Gomide (2013, p.384) aponta o caráter sombrio dos tempos em que vivemos, que se apresentam sob formas perversas ao exigir o sacrifício individual em nome da manutenção do sistema, “cuja irracionalidade objetiva, em nome de uma falsa racionalidade econômica, tem se sobreposto aos valores humanos.” Pois aqueles que “atentam contra sua própria vida no

local de trabalho são justamente as pessoas consideradas adaptadas ao sistema por possuírem um emprego (...), e que se esforçam – ou se esforçaram – para se ajustar aos desígnios da produção ao preço da própria mutilação psíquica.”

Dejours (2007), inclusive, discute a banalização da injustiça social num contexto que difunde a ideia de que estaríamos em meio a uma guerra econômica, e que, em se tratando de guerra, a sobrevivência se tornaria o objetivo central. Aqueles aptos para o combate sobreviverão, porém os incapacitados, perecerão. Acontece que tal cenário de “guerra” se insere no contexto da luta pela sobrevivência econômica, na luta pelo trabalho e pela manutenção dele, e “o fundamento não é o equipamento militar ou manejo das armas, mas o desenvolvimento da competitividade”. (Dejours, 2007, p.14), Assim, os incapacitados seriam, na verdade, populações vulneráveis como idosos, jovens profissionais ou mulheres grávidas, por exemplo. A luta pela sobrevivência e manutenção da liberdade se daria pela superação de si, por meio do incremento de eficácia na concorrência com o outro e, sendo o outro concorrente em meio à “guerra”, os laços de solidariedade não se firmam.

Assim, quem fracassa e sucumbe na sociedade neoliberal de desempenho e competição é compreendido como moralmente inferior, incapaz de se responsabilizar por si, (Brown, 2016; 2019), é “justificadamente” eliminado da competição, dada sua fraqueza e incapacidade de permanecer na guerra econômica do mercado concorrencial. Para Han (2018),

“Quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isso. Aí está a inteligência peculiar do regime neoliberal: não permite que emerja qualquer resistência ao sistema. No regime de exploração

imposta por outros, ao contrário, é possível que os explorados se solidarizem e juntos se ergam contra o explorador. Essa é a lógica que fundamenta a ideia marxista da ditadura do proletariado, que pressupõe, porém, relações repressivas de dominação. Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos.” (Han, 2018, p. 16)

O rompimento dos laços de solidariedade pela individualização das responsabilidades e pelo ambiente de competição generalizada tem relegado o sujeito a uma posição de desamparo social, no qual fica entregue a si e à sua liberdade para realizar o que quiser, e se responsabilizar pelo fracasso pessoal. A exploração de si tem levado os sujeitos a um grau de exaustão tal, que os diagnósticos da síndrome de *burnout* tem se tornado cada vez mais prevalentes.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, a síndrome de *burnout* foi incluída na 11ª revisão do Código Internacional de Doenças, o CID-11, como um fenômeno ocupacional, que tem como definição: “Uma síndrome conceituada como resultante do estresse crônico no local de trabalho que não foi gerenciado com sucesso. É caracterizada por três dimensões: sentimentos de exaustão ou esgotamento de energia; aumento do distanciamento mental do próprio trabalho, ou sentimentos de negativismo ou cinismo relacionados ao próprio trabalho; e redução da eficácia profissional.”⁶

Salta à vista a descrição de “mal gerenciamento” do estresse no local de trabalho, que nos sugere a isenção da problematização das condições de trabalho, da relação violenta aos quais o trabalhador é submetido cotidianamente, da exploração do sofrimento ao qual está sendo submetido constante e sistematicamente. O “aumento do distanciamento mental do próprio trabalho” evidencia a relação cínica ao qual estão sendo submetidas a leitura e a compreensão das relações violentas de trabalho, pelo

6 <https://www.paho.org/pt/noticias/28-5-2019-cid-burnout-e-um-fenomeno-ocupacional>

esforço de invisibilização das condições de produção do sofrimento. A exploração dos mecanismos de defesa dos sujeitos constitui um dos elementos a serem explorados no trabalho para aumento de produtividade, tal como nos esclareceu Dejours (1992). E a “redução da eficácia profissional” se torna o resultado daquele que não conseguiu sustentar a posição de combatente na guerra econômica, restando para si apenas um diagnóstico de síndrome de *burnout*, ou mesmo, de depressão. O autogerenciamento é parte essencial das tarefas do sujeito empreendedor de si, portanto, gerenciar suas emoções e os prejuízos em torno das tensões vividas no trabalho também é tarefa sua. Assim, podemos afirmar que a exploração do sofrimento por esse modo de subjetivação leva a sujeitos robotizados, quando adaptados à tarefa, ou a sujeitos suicidas, quando já não suportam mais tais pressões.

Para Safatle, Silva Júnior e Dunker (2020), o neoliberalismo opera como racionalidade gestora do sofrimento psíquico, dado sua natureza disciplinar no qual mobiliza constantemente categorias morais e psicológicas como pressuposto da ação econômica, justificadas muito mais pela sua suposta proibição moral que propriamente pela eficácia econômica na produção e circulação de riquezas. Assim, o neoliberalismo funciona como uma espécie de engenharia social, que produz a gestão psíquica por meio de figuras de subjetivação dadas pelos padrões de ação e de sofrimento que engendra.

Um evento importante que aproxima as formas de sofrimento e a reestruturação neoliberal da sociedade é a revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais ocorrida nos anos 1970, mesma década que impulsiona a guinada neoliberal

nos países centrais. A revisão tinha como objetivo melhorar a uniformidade e validade do diagnóstico psiquiátrico, bem como padronizar as práticas de diagnóstico nos Estados Unidos e em outros países. A proposta era de estabelecer uma referência diagnóstica descritiva, em vez de uma referência fundamentada em suposições de etiologia, e, nesse processo, há a supressão da neurose como conceito para a compreensão da etiologia do sofrimento mental. (Dunker, Kyrillos Neto, 2011)

Publicado em 1980,

o DSM-III tem sido considerado uma profunda transformação da psiquiatria. Propondo-se como um sistema classificatório atóxico e operacional das grandes síndromes psiquiátricas, esse manual modificou a concepção de pesquisa e da prática psiquiátrica, pois a psiquiatria teria disponível um sistema de diagnóstico preciso do ponto de vista descritivo-terminológico e passível de servir de apoio para a pesquisa empírico-experimental. (Dunker, Kyrillos Neto, 2011, p.616)

Em 1994, é publicada a quarta versão do DSM, revisado em 2000. Aqui, Dunker e Kyrillos (2011) avaliam que houve, entre as proposições do DSM-III ao DSM-IV, o rompimento da tradição em vigor desde Pinel, que fundamentava e caracterizava as formas de sofrimento ou patologia mental pela crítica filosófica. E houve, também, o rompimento da psicanálise e da psiquiatria psicodinâmica, de modo que o próprio fazer da psicopatologia também se alterou.

Para Safatle, Silva Júnior e Dunker (2020) há uma relação profunda entre a reconstrução das categorias clínicas dadas pelas reformulações do DSM e o processo de engenharia social engendrado pelo neoliberalismo, pois,

a reconstrução das estruturas categoriais clínicas, reconstrução que se expressa, principalmente, com o apagamento das neuroses, com a hegemonia da

depressão, com a redução da psicose à forma unitária da esquizofrenia, com a consolidação dos transtornos *bordeline* e, finalmente, com a substituição da clínica tradicional, restrita ao tratamento de doenças, pela lógica do *enhancement*, que começa a explorar cada vez mais os fármacos, inicialmente concebidos para o sofrimento psíquico, em um novo objetivo, aquele da potencialização de performances de trabalho. O que esse conjunto de transformações torna manifesto é que categorias clínicas dependem de sistemas de valores sociais exteriores à clínica. (Safatle, Silva Júnior, Dunker, 2020, p.10)

Ou seja, as transformações sociais, aqui expressas pela dinâmica do neoliberalismo, não só se transformam em conjunto com os fenômenos clínicos, mas, também, o próprio aparato de compreensão dos fenômenos da clínica se altera, como no caso do DSM. Nesse caso, a alteração opera de modo a contribuir em consonância com o estado de coisas da sociedade neoliberal ao constituir “quadros clínicos capazes de individualizar dinâmicas de sofrimento cuja estrutura causal mascara a possibilidade de compreensão das relações profundas entre sofrimento social e psíquico.” (Safatle, 2016, p.187)

A depressão, por exemplo, ganha importância maior como sofrimento mental de grande prevalência por volta dos anos 1980, justamente pelo contexto de incitação à iniciativa pessoal e ao “ser a si mesmo”. Em oposição ao modelo freudiano das neuroses e o sofrimento psíquico em torno da internalização da lei que institui o permitido e o proibido, na depressão, a organização da conduta se daria a partir do possível e do impossível. (Safatle, 2016) E a noção de desempenho opera de modo a incitar o sujeito a expandir seus limites do que é possível ser feito, ser produzido, ou ser realizado.

É nesse sentido que a epidemia depressiva pode ser a expressão mais acabada de uma legião de “fracassados” que não suportaram a responsabilidade inscrita na ideia de autorrealização constante, que está no cerne da biopolítica da saúde mental. Se o excesso é constitutivo da dinâmica neoliberal (...), a depressão, enquanto *déficit*, insuficiência e desvalorização da vida, se apresenta logicamente

como um problema que inviabiliza a manutenção, a aquisição e o exercício do capital humano. Ou seja, para a lógica neoliberal que circunscreve a biopolítica da saúde mental, a depressão é puro desinvestimento individual e coletivo, ainda que outros mercados se beneficiem com ela, nomeadamente a indústria farmacêutica e a de técnicas terapêuticas diversas. Desde o *déficit* de neurotransmissores até a extenuação energética em todos os níveis, a depressão representa, em seus variados graus, a impossibilidade de realização da saúde otimizada que se desprende de discursos institucionais e médicos. (Corbanezi, 2021, p.207)

Assim, deprimido se associa à figura do fracassado, do inadequado, do desajustado, porém, a partir de uma condição externa, de uma disfunção que o inibe a partir do próprio cérebro. (Dunker, 2020) E a exterioridade da inadequação, do desajuste se constitui de forma silenciosa, independentemente do sujeito e de suas vivências. “Esta nova narrativa de sofrimento individualiza o fracasso, na forma de culpa, sem interiorizá-lo na forma de conflitos.” (Dunker, 2020, p.190) Dessa forma, os determinantes sociais, a dimensão política em torno dos elementos contextuais a que se está submetido permanecem protegidos da crítica, invisibilizados e livres para sua reprodução.

8. Considerações Finais

A questão inicial em torno da problemática do neoliberalismo ao qual buscamos aproximar era a de compreender os modos pelos quais a razão neoliberal se constituiu e como obteve êxito em se tornar um modo de governo, não só em termos políticos, mas em termos subjetivos. Tínhamos como ponto de partida a ideia de que o sofrimento psíquico contemporâneo guardava íntima relação com os modos de constituição e partilha das identidades na contemporaneidade.

Assim, evidenciamos que o neoliberalismo é uma forma de governo, uma razão governamental que tem como objetivo conduzir as condutas dos sujeitos, e criar uma sociabilidade baseada na competição generalizada. Essa sociabilidade passa pela assunção de modelos de subjetivação baseados na forma empresa, e na incitação de uma relação a si baseada no modelo de gestão, portanto, gestão de interesses, afetos, relações, trabalho. Pensar o neoliberalismo a partir da noção de governamentalidade e suas formas de exercício de poder sobre a população nos possibilita explorar as formas de intervenção, as técnicas e dispositivos de poder que visam conduzir as condutas dos sujeitos, de forma que possamos compreender como se dão os processos de subjetivação na contemporaneidade.

Para os autores que buscamos para fundamentar essa discussão, a sociabilidade como um todo é alterada, portanto a forma de se estabelecer laço social é, também, profundamente alterada. Dentre as questões levantadas, pudemos também evidenciar que a racionalidade neoliberal, além de “conduzir as condutas” individuais, tem um papel de extrema importância quanto à manutenção da hegemonia como modo de governo. A incitação à ação moral constitui um dos elementos centrais no domínio da subjetividade e da adesão subjetiva. A gestão do sofrimento psíquico opera, não só por meio das técnicas de gestão empresarial de controle e exploração da subjetividade de seus trabalhadores, mas representa também a gestão dos meios pelos quais a própria área “psi” delimita o que é compreendido como transtorno mental, passível de ser tratado ou não. As categorias diagnósticas, longe de serem isentas de valores, foram engendradas em meio à reestruturação neoliberal, portanto, estão imersas na

discursividade, na disciplina e operam segundo o mesmo dispositivo da lógica neoliberal.

A partir da revisão produzida em torno da literatura que aborda a temática do neoliberalismo como racionalidade, expressa nessa dissertação, pudemos levantar como uma questão importante, a ser mais bem explorada em estudos posteriores, a temática da moralidade tradicional e suas relações como um dos elementos fundamentais na adesão psicológica dos sujeitos. A incitação à moralidade tradicional é uma tecnologia de poder peneira de uma carga moral, capaz dar sentido, justificar e produzir uma adesão pulsional em torno da construção de mundo em que se baseia a razão neoliberal. Assim, justifica-se a violência das ações e políticas de Estado, justifica-se a desigualdade social, justifica-se a violência do trabalho, o que produz uma indiferença social, meio adequado para a reprodução desse modo de governo.

Outro elemento importante a ser mais bem explorado seria a subjetividade extremamente vulnerável, extremamente reativa, produto das relações perpassadas pela razão neoliberal. Produz-se uma espécie de “subjetividade lixo”, aquilo que Nietzsche, no assim falava Zarathustra denominava “o último homem”, o ser mais servil, a subjetividade mais escrava, aquele que na verdade só pensa no consumir. Seria o mais desprezível dos homens – é isso que o gerenciamento neoliberal está produzindo. Mudanças climáticas, destruição da natureza, crises econômicas, crises que vão se somando a essa crise do sujeito. Até quando as pessoas e os coletivos vão se submeter a isso? Talvez, tenhamos logo uma insurreição em diversos níveis, produzindo diversas camadas em se tratando de guerras civis.

9. Referências

Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In Sader, E. & Gentili, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9-23.

Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, SP: Ed. Boitempo.

Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão*. 2ª Ed. São Paulo, SP: Ed. Boitempo.

Arantes, P. (2014). *O novo tempo do mundo*. São Paulo, SP. Ed. Boitempo.

Bauman, Z. (2000). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Zahar.

Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Zahar.

Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização brasileira.

Birman, J. (2005). O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: a Psicanálise à Prova do Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(Suplemento):203-224.
<https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000300010>

Birman, J. (2012). *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização brasileira.

Brown, W. (2016). *Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade*. Zazie Edições.

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo, SP: Editora filosófica polítéia.
<https://doi.org/10.7312/brow19384>

Brown, W. (2015). *Undoing the Demos: neoliberalism's stealth revolution*. Brooklyn: New York: Zone Books. <https://doi.org/10.2307/j.ctt17kk9p8>

Castells, M. (2011). *Sociedade em rede*. São Paulo, SP: Ed. Paz e Terra.

Castoriadis, C. (2002). *As encruzilhadas do labirinto: Ascensão da insignificância*. Vol. IV. São Paulo, SP. Ed. Paz e Terra.

Castro, J. C. L. (2016). O corpo entre o empreendedorismo de si e as patologias contemporâneas do gozo. *Sofia*. Vitória(ES), vol. 6, n. 1, Jan.- Jul., 2016, pp. 48-58

Corbanezi, E. (2021). *Saúde mental, depressão e capitalismo*. São Paulo, SP. Editora Unesp.

Costa, S. S. G. (2009). Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação e Realidade*. 34(2): pp.171-186.

Dardot, P., Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo*. São Paulo, SP: Ed. Boitempo.

Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudos de psicopatologia do trabalho*. 5ª Ed. São Paulo, SP. Cortez Editora.

Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Fundação Getúlio Vargas Editora.

Duménil, G., Lévy, D. (2014). *A crise do neoliberalismo*. São Paulo, SP: Boitempo.

Dunker, C. I. L. (2021). A hipótese depressiva. In: Safatle, V., Silva Júnior, N., Dunker, C. I. L., Orgs. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica.

Dunker, C. I. L., Kyriillos Neto, F. (2011). A crítica psicanalítica só DSV-IV – breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Rev. Latino-*

americana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo, v. 14, n.4, pp. 611-626.

<https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000400003>

Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Ed. Ideias e Letras.

Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, SP: Ed. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população*. São Paulo, SP: Ed. Martins Fontes.

Freud, S. ([1930], 2020). *O Mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte, MG. Ed. Autêntica.

Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social*. Aparecida, SP. Editora Ideias e Letras.

Gomide, A. P. (2013). Notas sobre o suicídio no trabalho à luz da teoria crítica da sociedade. *Psicologia Ciência e Profissão*. v. 33(2), pp. 380-395.
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200010>

Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes.

Han, B. C. (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte, MG: Ed. Âyné.

Harvey, D. (2008). *Condição pós-moderna*. 17ªed. São Paulo, SP: Ed. Loyola.

Harvey, D. (2011). *O neoliberalismo: histórias e implicações*. São Paulo, SP: Ed. Loyola.

Horkheimer, M. (2015). *Eclipse da razão*. São Paulo, SP. Editora Unesp.

Lacan, J. (1985). *O seminário: livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Jorge Zahar.

Laval, C. (2020). *Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal*. São Paulo, SP: Ed. Elefante.

Lipovestky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo, SP. Ed. Barcarolla.

López-Ruiz, O. (2008). A técnica como capital e o capital humano genético. *Novos estudos*. pp. 127-139. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100009>

Marcuse, H. (2015). *O homem unidimensional*. São Paulo, SP: Edipro.

Mirandolla, P. ([1480] 2008). *Discurso sobre a dignidade do Homem*. Lisboa, Portugal. Edições 70.

Pavón-Cuéllar, D. (2017). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal.

Psicologia Política, v.17n(40), pp. 589-607.

Previtali, F. S., G. C., Fagiani, (2017). Estado de bem-estar social, neoliberalismo

e estado gestor: aproximações globais. In: Lucena, C., Previtali, F. S., Lucena, L.

(2017). *A crise da democracia brasileira*. 1ª ed. eletrônica. Uberlândia, MG: Navegando

Publicações.

Safatle, V. (2016). *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do*

indivíduo. Belo Horizonte, MG. Editora Autêntica.

Safatle, V. (2021). A economia é a continuação da psicologia por outros meios:

sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: Safatle, V., Silva

Júnior, N., Dunker, C. I. L., Orgs. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento*

psíquico. Belo Horizonte, MG: Ed. Autêntica.

Sennett, R. (2012). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Best Bolso.